

FERNANDO OLGA DE SOUZA

PRÁTICAS CULTURAIS EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA SOB A
PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Curso de Psicologia
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Pontifícia Universidade Católica
São Paulo
2011

FERNANDO OLGA DE SOUZA

PRÁTICAS CULTURAIS EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA SOB A
PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia,
da Faculdade de Ciências Humanas e da
Saúde da Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, sob orientação da Profa. Dra.
Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni

Curso de Psicologia
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Pontifícia Universidade Católica
São Paulo
2011

A árvore que não dá frutos
É xingada de estéril. Quem
Examina o solo?

O galho que quebra
É xingado de podre, mas
Não havia neve sobre ele?

Bertolt Brecht

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, a toda a comunidade de Ivaporunduva por nos receber e possibilitar a realização deste estudo. A visita a comunidade foi uma experiência única.

Gostaria de agradecer também a minha orientadora Mônica, pelo seu apoio incondicional durante todo o trabalho, pelas suas orientações precisas e pelo seu inesgotável entusiasmo, que tornaram o trabalho possível de ser realizado. E mais que isso, fez do trabalho uma atividade realmente agradável de ser feita.

Quero agradecer minha família pelo apoio irrestrito durante os cinco anos da graduação.

Por fim quero agradecer a todos meus amigos. Em especial ao Ivan por nossas intermináveis discussões sobre o tema e a Júlia por sua amizade e companheirismo na visita a comunidade de Ivaporunduva.

Fernando Olga de Souza

Práticas culturais em uma comunidade quilombola sob a perspectiva da análise do comportamento. 2011.

Orientadora: Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo a investigação de práticas culturais em uma comunidade quilombola, tendo como referência a análise do comportamento. A comunidade quilombola escolhida para a investigação destas práticas chama-se Ivaporunduva e localiza-se no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo. A comunidade caracteriza-se por ter pequenas dimensões (com um número de membros relativamente pequeno) e ser ao menos parcialmente autossuficiente. O estudo de práticas culturais em uma comunidade pequena foi motivado pela proposta de Skinner contida no livro de sua autoria *Walden Two* (1948/1978). Nele, o autor descreve a vida cotidiana em uma comunidade utópica de pequenas dimensões. Os membros desta comunidade viveriam vidas satisfatórias, boas, plenas. Skinner (1953/2003; 1968/1999; 1971/1972; 1973/1978; 1987; 1999) faz uma série de críticas em relação às práticas culturais das democracias ocidentais contemporâneas, expondo diversos problemas comportamentais que essas práticas geram. A vida em pequenas comunidades é apresentada pelo autor como (única) solução para os problemas da humanidade. A pesquisa de práticas culturais em uma comunidade real permite comparações com as práticas da comunidade fictícia, além de possibilitar verificar as consequências destas práticas na vida concreta de seus membros. Os dados obtidos sobre a comunidade quilombola podem ser divididos em duas “partes”: uma primeira parte refere-se a publicações já realizadas sobre a comunidade, indicadas pelos próprios membros de Ivaporunduva; uma segunda parte refere-se a entrevistas diretas com moradores da comunidade, participantes da pesquisa. Os resultados apontam a importância da formação dos quilombos no contexto escravista colonial brasileiro como uma forma de resistência a este sistema. Atualmente, a comunidade de Ivaporunduva luta para permanecer nas terras que ocupam, o que parece ser um importante fator de manutenção do grupo. A comunidade tem uma organização interna própria: com uma forma de governo em seu interior (formalizado por uma Associação), um modo específico de distribuição das terras entre núcleos familiares, de distribuição do trabalho e com festas próprias da comunidade. Algumas “vantagens” apontadas por Skinner, da vida em pequenas comunidades, puderam ser observadas. Para futuros estudos sobre o tema seria importante um período maior de permanência na comunidade, para ser possível investigar mais aprofundadamente estas práticas, de modo que se possa ter um entendimento mais completo do cotidiano da comunidade.

Palavras-chave: práticas culturais, comunidades quilombolas, análise do comportamento

Sumário

Introdução.....	1
Análise de Skinner sobre cultura.....	3
Planejamento cultural.....	20
<i>Walden II</i>	24
<i>Twin Oaks</i>	32
<i>Los Horcones</i>	42
Método.....	51
Resultados.....	53
Discussão.....	62
Referências Bibliográficas.....	68

O presente trabalho tem como objetivo a investigação de práticas culturais em uma comunidade quilombola, tendo como referência a análise do comportamento. Sampaio e Andery (2010) definem práticas culturais como comportamentos (principalmente operantes), emitidos por mais de uma pessoa, com a mesma funcionalidade e que são “propagados” entre gerações através do processo de aprendizagem, sendo assim, comportamentos sociais. Dittrich (2007) também enfatiza o caráter de “comportamentos sociais” na definição de práticas culturais: “Práticas culturais são conjuntos complexos de comportamentos executados por pessoas que interagem entre si, transformando seus ambientes físico e social.” (Dittrich, 2007, p.252)

O estudo de práticas culturais em uma comunidade pequena foi motivado pela proposta de Skinner contida no livro de sua autoria *Walden Two* (1948/1978). Nele, o autor descreve a vida cotidiana em uma comunidade utópica de pequenas dimensões. Os membros desta comunidade viveriam vidas satisfatórias, boas, plenas. A pesquisa de práticas culturais em uma comunidade real permite comparações com as práticas da comunidade fictícia, além de possibilitar verificar as consequências destas práticas na vida concreta de seus membros.

A vida em pequenas comunidades é apresentada pelo autor como (única) solução para os problemas da humanidade. Skinner (1953/2003; 1968/1999; 1971/1972; 1973/1978; 1987; 1999) faz uma série de críticas em relação às práticas culturais das democracias ocidentais contemporâneas, expondo diversos problemas comportamentais que essas práticas geram. Práticas que podem levar a extinção da própria humanidade, como por exemplo, a poluição e a exploração excessiva dos recursos naturais. Em função disso, Skinner enfatiza a importância do estudo científico do comportamento humano e o uso da análise do comportamento na área denominada de planejamento cultural. Ou seja, aponta a necessidade de se planejar deliberadamente práticas culturais, para que estes problemas sejam resolvidos.

Inspiradas no livro *Walden Two*, diversas comunidades foram fundadas nas décadas de 60 e 70 do século passado. As duas principais foram *Twin Oaks*, nos EUA e *Los Horcones*, no México. Ambas tiveram diferentes “níveis”

de influência das propostas práticas contidas no livro e dos princípios behavioristas que o fundamentam.

A escolha desta pesquisa por estudar uma comunidade quilombola, que não foi proposta por influência de conceitos da análise do comportamento, especificamente, se deu, primeiramente, pelas dimensões da comunidade. O quilombo além de se tratar de uma comunidade com um número de membros relativamente pequeno (é composta por 308 pessoas), é uma comunidade ao menos parcialmente autossuficiente, com pessoas que moram, trabalham, se relacionam, têm laços familiares e assim por diante, dentro da própria comunidade e que tem uma organização interna “própria”: com uma maneira específica de distribuir o trabalho, de organização política, de relações sociais, de educação, etc. Além de ser uma comunidade existente há muitos anos, de modo que haja a possibilidade de transmissão de práticas culturais entre gerações. Um segundo ponto importante para a escolha deve-se à importância histórica e social dos quilombos no Brasil. Segundo o historiador brasileiro Adelmir Fiabani, “É impossível compreender a história desta nação dissociada da herança escravista” (Fiabani, 2005, p.21). O autor ainda aponta a importância dos quilombos no contexto escravista brasileiro: “Nos mais de 300 anos que vigorou o sistema escravista no Brasil, o quilombo constituiu um enclave, uma das principais alternativas de negação da produção escravista por parte dos produtores oprimidos” (Fiabani, 2005, p.23). Portanto, a investigação de práticas culturais em uma comunidade quilombola é relevante tanto para o estudo acadêmico da vida em pequenas comunidades, quanto pela importância deste tipo de comunidade no contexto histórico e social brasileiro.

A partir de 2003, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) passou a definir quilombo, atualmente, como: “toda a comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência, e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.

Segundo Diegues (2007) a Constituição de 1988 colocou a questão quilombola no cenário da política nacional. Com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), foi reconhecida a propriedade das terras aos remanescentes de quilombos. No entanto, ainda hoje, os

remanescentes vivem em constantes lutas por seus direitos. Este cenário torna a discussão sobre a vida em comunidades quilombolas ainda mais importante e necessária.

Skinner em diversas publicações (1953/2003; 1971/1972; 1977/1978; 1999) apresenta propostas para compreensão da cultura, com enfoque nas relações de controle comportamentais que são estabelecidos. Skinner (1953/2003) expõe, também, o conceito das agências de controle, como o governo, a religião, a educação, a psicoterapia e a economia, como fundamentais para se compreender a cultura nas democracias ocidentais.

Para cumprir o objetivo deste trabalho, a seguir serão aprofundados os assuntos tratados acima, como a análise de Skinner sobre cultura, a crítica do autor em relação às democracias ocidentais contemporâneas, as agências de controle e a sua proposta de planejamento cultural.

A análise de aspectos da novela utópica *Walden Two* e das experiências concretas da vida em comunidades inspiradas no modelo de *Walden Two* (*Twin Oaks* e *Los Horcones*) serviram para identificar práticas culturais importantes da vida em pequenas comunidades. Estas práticas foram critérios para estudar a comunidade quilombola.

A análise de Skinner sobre cultura

A análise de Skinner a respeito das culturas parte do princípio de que sua matéria-prima é o comportamento humano. Skinner (1977/1978) define cultura como “(...) um ambiente social completo, no qual algumas contingências são mantidas por indivíduos e outras por instituições.”¹ (p. 9). Assim, a cultura engloba a política (o governo), a economia (produção e troca de bens reforçadores) e todas as outras contingências de reforçamento mantidas pelo grupo: como a família, a religião, a arte, etc. “Em resumo, uma dada cultura é um experimento de comportamento. É um conjunto particular de condições no qual um grande número de pessoas se desenvolve e vive. Essas condições geram os padrões ou aspectos do comportamento – o caráter cultural (...).”

¹ A culture is a complete social environment, in which some contingencies are maintained by individuals and others by institutions.

(Skinner, 1953/2003, p.468), de modo que a cultura de um determinado indivíduo é composta por todas as variáveis que afetam esse indivíduo e que são dispostas por outras pessoas (Skinner, 1953/2003).

A ênfase, à noção do comportamento como “base” das culturas, permite que a análise funcional do comportamento forneça “uma concepção básica com a qual podemos abordar por seu turno cada um desses campos” (Skinner, 1953/2003, p. 364). Esses “campos” que o autor se refere são: as ciências políticas, a economia, etc. A análise da cultura se dá a partir do estudo do comportamento humano, analisando as variáveis que o determinam. As ciências políticas estudam o homem enquanto “animal político” e a economia como “homem econômico”. Ou seja, o homem se comportando de determinada maneira diante de um governo, no primeiro caso, e num sistema econômico, no segundo caso. Mas, “Nossa concepção do comportamento humano não precisa ser deduzida dos fatos complexos que finalmente deve explicar” (Skinner, 1953/2003, p.364). Os “fatos complexos” seriam os sistemas de governo e os sistemas econômicos, seguindo os dois exemplos. De modo que, não há necessidade de se descobrir as características do animal político, através do estudo dos governos. Pois, “Se o animal político é o próprio homem, podemos estudá-los alhures e muitas vezes em melhores condições” (Skinner, 1953/2003, p. 364). Assim, podemos explicar o comportamento humano, em relação a outros campos de estudo das ciências humanas, sem a necessidade de explicar o complexo funcionamento de seus objetos de estudo.

As vantagens dessa abordagem, para Skinner (1953/2003), seriam que as análises feitas sobre o comportamento humano seriam comuns a todos os campos. Pois, o autor considera isso como um problema das demais ciências humanas: cada uma produz uma visão a respeito do comportamento humano, dependendo do seu objeto de estudo. “Será então possível considerar o efeito da *cultura total* sobre o indivíduo” (Skinner, 1953/2003, p. 364). Todos os ambientes sociais poderiam ser analisados de forma conjunta e simultânea e principalmente, o efeito desses ambientes sobre o comportamento humano, seria estudado da mesma maneira.

A cultura se caracteriza pelas práticas culturais, ou melhor definida, uma cultura é um conjunto de práticas culturais. Essas práticas são modeladas e

mantidas pelos membros de uma cultura e transmitidas para gerações futuras, como por exemplo, fazer uma ferramenta, cultivar alimento ou ensinar uma criança.

Skinner (1953/2003) aponta uma semelhança entre a seleção natural da teoria da evolução e o reforço operante no nível ontogenético. Assim como mutações genéticas são selecionadas ou extintas por suas consequências, o mesmo ocorre com formas de comportamento que são selecionados ou não pelo reforço. “Há ainda uma terceira espécie de seleção que se aplica às práticas culturais” (Skinner, 1953/2003, p.468), na qual determinadas práticas são selecionadas ou não dependendo do efeito sobre o grupo social. O modelo de seleção por consequências também é aplicado às práticas culturais. “Uma cultura, como uma espécie, é selecionada por sua adaptação ao meio (...)” (Skinner, 1971/1972, p. 105).

Práticas culturais podem ser suprimidas e adicionadas numa cultura a depender das condições selecionadoras. “Assim como a seleção natural, a seleção de práticas culturais é um processo contínuo, e as condições selecionadoras mudam constantemente (...)” (Dittrich, 2004, p. 250). Além disso, uma mesma prática pode se modificar ao longo da história. Dittrich (2007) utiliza o exemplo da agricultura que, no decorrer da história da humanidade, sofreu evidentes modificações, de modo que sua eficiência na produção de alimentos aumentou bastante. Mas continua se tratando de uma mesma prática cultural, pois as práticas culturais são caracterizadas pelos seus produtos finais; no caso, a produção de alimento. Assim, a agricultura é uma prática cultural que sobreviveu.

As práticas culturais retroagem sobre as culturas, no sentido de aumentar ou diminuir suas chances de sobrevivência (Dittrich, 2007). Determinadas práticas culturais podem favorecer ou dificultar a sobrevivência de uma cultura. “Em suma, a cultura pode-se tornar mais forte ou mais fraca, podendo-se prever se sobreviverá ou perecerá” (Skinner, 1971/1972, p. 104).

A cultura, portanto, pode ser definida enquanto um conjunto de práticas culturais. Essas práticas são mantidas, extintas ou modificadas dependendo das consequências que elas geram sobre o grupo. As práticas culturais retroagem sobre a cultura, aumentando ou diminuindo suas chances de

sobrevivência. Além disso, é necessário ter em consideração as contingências de sobrevivência de uma cultura que, assim como na evolução das espécies, mudam. Skinner (1971/1972) afirma que nenhuma cultura está em permanente equilíbrio, pois as contingências necessariamente mudam, tanto em relação ao ambiente físico, como as contingências sociais. Como será apresentada posteriormente neste trabalho, a noção de Skinner sobre a evolução das culturas desempenha um papel fundamental na sua proposta de planejamento cultural.

O grupo exerce controle ético sobre cada um de seus membros, principalmente através de seu poder de reforçar ou punir. Reforça aquilo que para o grupo é “certo” e puni o que é considerado “errado” (Skinner, 1953/2003). De uma maneira geral, o grupo tem duas características: não é bem organizado e seus procedimentos não são consistentemente mantidos. Mas, dentro do grupo, “certas agências controladoras manipulam conjuntos particulares de variáveis” (Skinner, 1953/2003, p. 363) e são, geralmente, melhor organizadas que o grupo. “As culturas humanas desenvolveram formas especiais de controlar o comportamento de seus membros – dentre as quais destacam-se as agências de controle” (Dittrich, 2004, p.306). Assim, agências de controle são “formas refinadas do controle grupal, cuja organização resulta em maior eficácia na gerência do comportamento” (Dittrich, 2004, p.307).

Dentre as agências de controle, Skinner (1953/2003), destaca cinco: o governo, a religião, a economia, a educação e a psicoterapia. “O poder das agências de controle deriva de sua capacidade de controlar reforçadores críticos para os membros de um grupo social” (Dittrich, 2004, p.308). De modo que, cada agência se diferencia pelas variáveis que manipulam, pelo comportamento que buscam controlar e pelas técnicas que utilizam.

As agências de controle têm sido analisadas enquanto sistemas, ou estruturas. “Há uma considerável vantagem em considerar essas instituições simplesmente como tecnologias comportamentais”² (Skinner, 1961/1999, p. 47). Ou seja, a análise do comportamento se preocupa com os processos comportamentais através dos quais essas agências exercem controle. A seguir, serão analisados cada uma dessas agências enfatizando suas formas de

² There is a considerable advantage in considering these institutions simply as behavioral technologies.

controle. Exceção feita a psicoterapia, que se distancia do tema do trabalho e não será discutida.

Agências de controle

Governo

A análise de Skinner sobre o governo é baseada no exame do “comportamento resultante no governado e o efeito desse comportamento que explica porque a agência continua a controlar” (Skinner, 1953, p.365). Essa visão se contrapõe aos estudos tradicionais das ciências políticas, que trabalham com a história e as propriedades dos governos, para formular teorias e princípios que justificam as práticas governamentais.

O que ocorre é que o governo manipula variáveis que afetam o comportamento do governado e essa mudança reforça as práticas do governo (que é definido por esse seu poder de afetar o comportamento), explicando assim, a continuação do exercício do poder. O enfoque de Skinner são os processos comportamentais envolvidos no controle governamental.

“Estritamente definido, o governo é o uso do poder para punir” (Skinner, 1953/2003, p. 365). Embora os governos exerçam outras formas de controle, que não são punitivas, “a forma privilegiada de controle exercida pelos governos é a punição (...) seja pela apresentação de reforçadores negativos ou pela remoção de reforçadores positivos” (Dittrich, 2004, p. 310). Para isso, o governo de um Estado moderno lança mão de subagências especializadas, que se encontram sob seu controle: como a polícia e a força militar. De modo que, o governo pode: confiscar bens, prender um indivíduo (exemplos de remoção de reforçadores positivos) ou condenar alguém a realizar trabalhos forçados, ou a castigos físicos (exemplos de apresentação de reforçadores negativos).

A agência governamental adota a distinção entre comportamentos considerados “legais” e “ilegais”. “O comportamento é ilegal se traz conseqüências aversivas para a agência (...) como a agência governamental opera principalmente através do poder de punir, a ênfase é sobre o ‘errado’.”

(Skinner, 1953/2003, p. 367). Ou seja, o governo atua punindo aquilo que é considerado ilegal.

“Um ponto importante no desenvolvimento de uma agência governamental é a codificação de seus procedimentos controladores” (Skinner, 1953/2003, p. 369). Assim, as leis codificam as práticas de controle das agências governamentais. Uma lei tem dois aspectos importantes (Skinner, 1953/2003): especifica o comportamento (que interessa a agência governamental) e as consequências (geralmente punitivas), caso haja um “transgressão” do que foi especificado. “A lei é então o *enunciado de uma contingência de reforço mantida por uma agência governamental*” (Skinner, 1953/2003, p. 370).

Em relação a formas de controle não-punitivo, por parte das agências governamentais, Skinner afirma: “Os governos modernos (...) têm o poder de usar outras técnicas e o fazem extensamente” (Skinner, 1953/2003, p. 377). Exemplos disso seria o uso de reforçamento positivo por meio de bônus e subsídios, no qual os indivíduos são induzidos a agir legalmente em vez de punidos por agirem ilegalmente. Isso é possível, porque o governo tem, também, controle econômico sobre os indivíduos. Um agricultor pode ser induzido a plantar determinado produto por receber subsídios e não por ser punido ao plantar outro produto. “O controle educacional do comportamento legal é outra técnica alternativa” (Skinner, 1953/2003, p. 377). A propaganda é um exemplo de técnicas educacionais no campo do governo.

O poder da agência governamental deriva, em parte, do “consentimento do governado”. Skinner (1953/2003) define a política prática (a atividade do político) como técnicas usadas por um indivíduo, para tornar-se membro da agência governamental e para se manter nela. “O indivíduo deve induzir o grupo a atribuir-lhe poder governamental e, uma vez no cargo, deve manter contato com essa fonte” (Skinner, 1953/2003, p. 366). O mesmo funcionamento ocorre com um partido político.

A justificativa das práticas punitivas, utilizada pelos governos, é baseada na promoção de alguns princípios, como: “justiça”, “liberdade” e “segurança”. A justiça seria pautada no *punir com justiça*, ou seja, aplicar com “equilíbrio” consequências aversivas. A liberdade seria um governo que utilize

menos seu poder de punir, promovendo o sentimento de liberdade em seus membros, advindo da ausência de um controle punitivo muito “intenso”. A segurança seria “contra os eventos aversivos que não são dispostos especificamente pela agência governante – contra a fome, o frio, ou as privações em geral (...)” (Skinner, 1953/2003, p. 380). Porém, nestes três princípios, o governo reforça o comportamento dos governados de apoiá-lo, já que faz um uso menor de seu poder de punir, evita privações extremas e promove o sentimento de liberdade. Quando o controle é demasiadamente aversivo, os indivíduos escapam ou atacam o governo, através de violência, terrorismo, protestos, boicotes, revoltas e revoluções, ou seja, exercem o que o autor considera como contracontrole (Skinner, 1977/1978).

Religião

No controle religioso, classificam-se comportamentos como “morais” e “imorais”. Ou ainda, de “virtuosos” e “pecaminosos”. Comportamentos morais ou virtuosos são reforçados e comportamentos imorais e pecaminosos são punidos. “As descrições tradicionais do Céu e do Inferno condensavam reforços positivos e negativos” (Skinner, 1953/2003, p. 384). Ou seja, o Céu é descrito como tendo todos os reforçadores positivos possíveis (que variam de cultura para cultura), enquanto o Inferno, como um ajuntamento de estímulos aversivos. Skinner (1953/2003) destaca que esses reforçadores, controlados pelas agências religiosas, são muito mais “poderosos”, que os reforçadores que controlam os comportamentos “legais” e “ilegais”, no controle governamental. Porém, “essa vantagem é contrabalançada até certo ponto pelo fato de que não operam durante o tempo de vida do indivíduo” (Skinner, 1953/2003, p. 384, 385). Assim, o poder da agência religiosa depende de reforçadores verbais condicionados, como a promessa do Céu e a ameaça do Inferno.

Existem outras formas de controle, utilizados pelas agências religiosas. Como o controle econômico (decorrente do enriquecimento da agência), o controle educacional e o uso de técnicas “éticas ou governamentais em acréscimo àquelas dentro de sua própria esfera” (Skinner, 1953/2003, p. 385).

A agência religiosa, assim como o governo, controla o comportamento com ênfase na punição. Estabelecendo um repertório de obediência (a própria agência) e um “forte” autocontrole, “para garantir uma medida do comportamento controlado na ausência do agente religioso” (Skinner, 1953/2003, p. 388).

Economia

O controle econômico está baseado no reforçamento, com a apresentação de coisas denominadas “bens”, entre os quais, alimento, roupas e proteção. Há também reforçadores condicionados generalizados, como dinheiro e crédito (Skinner, 1953/2003).

O poder, no caso do controle econômico, permanece com indivíduos que possuem dinheiro e os bens necessários. De modo que, “se há alguma agência econômica como tal, é composta daqueles que possuem riqueza e usam-na de modo que preserve ou aumente sua fonte de poder” (Skinner, 1953/2003, p. 436). Ou seja, além de possuírem as riquezas (reforçadores positivos), usam-na para manter e aumentar seu poder. Podem, também, agir conjuntamente para proteger essa riqueza e controlar outros indivíduos que ameacem seus domínios. “Nessa medida podemos falar da agência econômica geral chamada ‘capital’.” (Skinner, 1953/2003, p. 436).

Educação

A grande diferença da educação para as outras agências de controle está na “natureza” do controle educacional. “A educação dá ênfase à aquisição do comportamento em lugar de sua manutenção” (Skinner, 1953/2003, p. 437). O que se promove são comportamentos que serão úteis para o indivíduo e para outras pessoas da comunidade, no futuro.

A família pode ser considerada uma agência educacional. Há também a educação institucional, como escolas e faculdades. O controle permanece sendo essencialmente punitivo. Nas escolas foram afastadas práticas como castigos físicos, mas outras formas de punição foram inseridas. E os

subprodutos dessa forma de controle podem ser observados nas instituições educacionais, como: algazarras, rebeliões e vadiagem (Skinner, 1953/2003). “Há indícios de que na instituição educacional de hoje há falta de controle adequado” (Skinner, 1953/2003, p. 441).

A análise de Skinner sobre cultura e as agências de controle são “acompanhadas” das críticas que o autor faz às democracias ocidentais contemporâneas. O autor reconhece o mérito das democracias liberais em dois pontos: no combate a tirania e no favorecimento da investigação científica. Porém, faz duras críticas em relação a elas (Dittrich, 2004). “(...) o triunfo da democracia não significa que seja o melhor governo. Era meramente o melhor num confronto com um notoriamente ruim (o despotismo). Não paremos na democracia” (Skinner, 1948/1978, p. 269).

Entre as principais críticas estão: o uso de punição pelas agências de controle e a diminuição do controle face a face, a concentração de grandes populações e a divisão entre governantes e governados, o “enfraquecimento das contingências de reforçamento”. Além disso, o autor aponta o “perigo” das práticas culturais atuais para a sobrevivência futura da própria humanidade: caso da poluição, da superpopulação mundial, do consumismo e da exploração desenfreada dos recursos naturais. O estado do bem-estar social (*Welfare State*) e o comunismo também apresentam, para Skinner, alguns problemas nos pontos apresentados acima. A seguir serão expostas estas críticas.

Crítica de Skinner às democracias ocidentais contemporâneas

Um primeiro ponto importante da crítica de Skinner em relação as democracias ocidentais contemporâneas deve-se ao uso da punição. As agências de controle usam amplamente práticas punitivas para controlarem o comportamento que lhes interessa. “A técnica de controle mais comum da vida moderna é a punição” (Skinner, 1953/2003, p. 198). Segundo Sidman (1989/2003) a punição é amplamente utilizada, entre outros fatores, por seu efeito imediato sobre o comportamento punido. Efeito que passa a aumentar a probabilidade do comportamento de punir. “Uma ação punida pára

imediatamente, ajudando a criar a ilusão de que a punição realmente cumpre a sua tarefa” (Sidman, 1989/2003, p. 232). A punição, no entanto, gera efeitos colaterais. “A longo prazo a punição realmente não elimina o comportamento de um repertório e seus efeitos temporários são conseguidos com tremendo custo na redução da eficiência e felicidade geral do grupo” (Skinner, 1953/2003, p. 208). Resumidamente, esses efeitos consistem: no estabelecimento de punidores condicionados, no estabelecimento de respostas de fuga e esquiva (no caso do reforçamento negativo) e em contracontrole. Não serão aprofundados esses efeitos nesse trabalho, pois é um tema muito amplo, que vai além dos limites deste estudo. Mas Sidman (1989/2003) resume a punição da seguinte maneira: “A punição envenena relações, empurra crianças para fora da família, subverte a aprendizagem, gera violência (...)” (Sidman, 1989/2003, p. 231). E o reforçamento negativo “produz vidas de desespero, esmaga a engenhosidade e a produtividade, transforma a alegria em sofrimento, confiança em medo e amor em ódio” (Sidman, 1989/2003, p. 231).

Além do extenso uso de práticas punitivas, gerando efeitos colaterais já mencionados, as democracias liberais se deparam com o problema da concentração de grandes populações, o que facilita a formação de castas políticas burocratizadas. Isto permite que diferentes contingências atinjam governantes e governados. O poder político torna-se extremamente hierarquizado, fazendo com que o agente político não seja afetado pelas consequências de suas ações sobre a população, sejam elas boas ou más. Além disso, há uma grande distância entre uma “decisão política” e as consequências práticas que essa decisão gera, de modo que, as consequências não afetam o agente que tomou a decisão. A política torna-se, assim, um campo para a realização de interesses particulares, divergindo dos interesses comunitários (Dittrich, 2007).

Grandes populações favorecem também, a emersão de um líder. Esse líder, assim como os governos, usa seu poder para compelir os membros do grupo, à obediência. Um problema parecido ocorre quando o grupo delega o poder para alguém que o represente (Skinner, 1977/1978). Como no caso das democracias representativas.

Skinner (1987) argumenta que os grandes problemas atuais do mundo, como a pobreza e a violência, não são problemas para todas as pessoas do mundo. “Muitos daqueles que vivem nas democracias ocidentais desfrutam de um grau razoável de fartura, liberdade e segurança”³ (Skinner, 1987, p. 15). Mas, mesmo esse grupo que detém privilégios “estão aborrecidos, inquietos ou deprimidos (...) não gostam daquilo que fazem; não fazem aquilo que gostam. Numa palavra, estão infelizes.”⁴ (Skinner, 1987, p. 15). Ou seja, tanto quem não detém privilégios (e enfrentam a pobreza, a violência e outras aversividades decorrentes dessa situação), tanto quem tem privilégios, sofrem, segundo a análise de Skinner, com as práticas culturais contemporâneas. O autor aponta cinco práticas culturais que contribuem para esse sofrimento.

A primeira prática, retomando o conceito de Karl Marx, é a alienação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho. Ou seja, há um distanciamento entre o trabalho (comportamento) e o produto final que esse trabalho produz. “O comportamento do trabalhador industrial fica distante do tipo de conseqüências imediatas que modelam e mantêm o comportamento de um artesão, por exemplo”⁵ (Skinner, 1987, p. 18).

No caso do trabalho assalariado, as contingências do trabalho são aversivas. Os trabalhadores não trabalham para receberem dinheiro, mas trabalham para evitar serem demitidos e perderem o dinheiro que receberiam (Skinner, 1987). “Tendo montado parte de um aparelho de TV (...) o trabalhador não se sente então mais fortemente inclinado a montar outro”⁶ (Skinner, 1987, p. 19). Ou seja, não é o produto de seu trabalho que mantém o trabalhador, trabalhando. É um procedimento de reforçamento negativo e não reforçamento positivo.

O dinheiro só é usado como um reforçador positivo, quando o pagamento é feito por peça ou comissão. Quando são pagos pela quantidade de tempo não reforçam nenhum comportamento.

³ Many of those who live in the Western democracies enjoy a reasonable degree of affluence, freedom, and security.

⁴ (...) many are bored, listless, or depressed (...) they do not like what they are doing; they are not doing what they like to do. In a word, they are unhappy.

⁵ The behavior of the industrial worker is separated from the kind of immediate consequences that shapes and maintains the behavior of, say, a craftsman.

⁶ Having assembled part of a television (...) the worker is not then more strongly inclined to assemble another.

“A alienação do trabalhador é inevitável, num mundo que visa o lucro a partir da especialização e da divisão do trabalho”⁷ (Skinner, 1987, p. 19). Uma pessoa passa a maior parte do tempo fazendo uma única coisa, com uma elevada frequência. Esta acaba se tornando outra razão pelas quais as indústrias recorrem essencialmente ao controle aversivo dos trabalhadores, devido a essa aversividade intrínseca do trabalho na indústria, de se fazer uma mesma coisa, muitas vezes.

Assim, apesar das práticas industriais nas culturas ocidentais aumentarem a produção de bens e a velocidade com que eles estão disponíveis, destruiu-se muitas das contingências naturais de reforçamento do próprio trabalho (Skinner, 1987).

A segunda prática também está relacionada com a questão do trabalho. Assim como os trabalhadores, a maioria dos empregadores também está alienado do que é produzido. Ao pagar alguém para realizar o trabalho, o empregador evita as consequências aversivas do trabalho, mas perde as reforçadoras (Skinner, 1987).

Da mesma maneira que o trabalhador, o empregador faz menos coisas, mas com maior frequência. Muitas “cadeias” de comportamentos foram quebradas. “Os aparelhos que nos poupam trabalho têm nos transformado em apertadores de botão”⁸ (Skinner, 1987, p. 20). De modo que se restringe a variabilidade de comportamentos e se perde o valor reforçador de se realizar a ação. O mesmo acontece quando se faz pelos outros, coisas que eles podem fazer por si mesmos. Como, por exemplo, ajudar crianças a fazerem coisas que poderiam fazer sozinhas, privando-as de entrar em contato com determinadas contingências.

Uma terceira prática cultural é a expansão do comportamento governado por regras. Pessoas têm feito coisas somente porque têm sido dito a elas para fazerem (Skinner, 1987). Por exemplo, comprar um carro porque foram aconselhadas, ver um filme que foi recomendado e comprar em determinada loja que foi indicada. Assim, “Elas evitam o custo de explorar novas contingências, mas perdem os reforçadores que poderiam ter ocorrido, caso o

⁷ Alienation of the worker is inevitable if the world is to profit from specialization and a division of labor.

⁸ Consider the extent to which labor-saving devices have made us button pushers.

tivessem feito”⁹ (Skinner, 1987, p. 25). Ou seja, “desgastam” as contingências. Seguir conselhos acontece, não por conta da consequência futura que o conselho especifica, mas porque no passado seguir conselhos produziu reforçadores. Porém, “O comportamento que consiste em seguir regras é inferior ao comportamento modelado pelas contingências descritas na regra” (Skinner, 1977/1978, p. 12). Podemos aprender a operar um equipamento seguindo instruções, mas operamos habilidosamente apenas quando nosso comportamento é modelado pelas contingências produzidas do contato com o próprio equipamento. E as instruções, a partir das consequências que esse contato direto produziu, são esquecidas (Skinner, 1977/1978).

Uma quarta prática cultural envolve o comportamento de seguir regras “fortes”, como obedecer a leis impostas por governos e religiões. Esse tipo de regras e leis descreve contingências punitivas. Embora sejam importantes por evitarem que pessoas sejam submetidas a consequências aversivas, como na prática de seguir conselhos, essas regras e leis são seguidas porque no passado segui-las foi reforçado, não necessariamente porque são “boas” para o grupo nas contingências presentes. Novamente “desgastam-se” as contingências. As práticas culturais mudam mais rapidamente do que as regras e as leis, de modo que as pessoas seguem regras e leis por razões que não são mais vantajosas para ninguém (Skinner, 1987).

A quinta prática cultural mencionada por Skinner (1987) envolve o aumento na frequência de reforçamento imediato do comportamento. No Ocidente há uma abundância de reforçadores disponíveis. Coisas “(...)interessantes, bonitas, deliciosas, divertidas e excitantes. Essas coisas tornam a vida cotidiana mais reforçadora, mas reforçam pouco mais do que o comportamento que coloca a pessoa em contato com elas.”¹⁰ (Skinner, 1987, p. 23 e 24). Ou seja, há muitas coisas bonitas no Ocidente que reforçam o comportamento de olhar para elas. Da mesma maneira há muitas comidas que reforçam o comer e atrações e espetáculos que reforçam o assistir. O problema “não está de maneira nenhuma relacionada com a quantidade de

⁹ They avoid the cost of exploring new contingencies but miss the reinforcers that would have followed if they had not done so.

¹⁰ Interesting, beautiful, delicious, entertaining, and exciting. These things make daily life more reinforcing, but they reinforce little more than the behavior that brings one into contact with them.

reforçamento” (Skinner, 1968/1999, p. 62). A questão não é ter reforçadores demais disponíveis, mas é o fato de esses reforçadores não serem contingentes a outros tipos de comportamentos importantes ao longo da evolução da espécie e da cultura. “Olhamos para uma pintura de Cézanne, mas não comemos as maçãs”¹¹ (Skinner, 1987, p. 24).

As cinco práticas culturais mencionadas têm em comum o fato de desgastarem as contingências de reforçamento. Skinner (1987) ironicamente aponta que “ao vencer a luta pela liberdade e a busca pela felicidade, o Ocidente perdeu sua inclinação para agir.”¹² (Skinner, 1987, p. 25). Em relação ao reforçamento operante, dois efeitos são produzidos: se fortalece determinada resposta e se produz, ao mesmo tempo, uma sensação agradável (ou prazerosa). Essas práticas culturais sacrificaram o efeito fortalecedor do reforço, em prol da sensação agradável, de modo que o comportamento simplesmente enfraqueceu (Skinner, 1987).

Skinner (1977/1978) afirma que nos estados de bem-estar social (ou *Welfare State*), assim como os países comunistas (como Cuba) conseguiram avanços no sentido de garantir serviços básicos para seus cidadãos; ou seja, através do intervencionismo estatal garantiu-se necessidades básicas da população, como saúde, educação, etc. Porém, nos dois casos, é difícil ver o uso de reforçamento positivo e práticas punitivas continuam sendo empregadas. A distribuição de bens é feita independentemente do comportamento emitido pelos seus cidadãos (Skinner, 1977/1978). Não se utiliza essa distribuição como reforçamento para certos comportamentos, mas apenas com a função de reduzir ações de contracontrole; ou seja, o reforçamento é não-contingente ao comportamento dos indivíduos. Os bens, que poderiam ser usados como reforçadores para determinados comportamentos, são distribuídos por um governo preocupado com o bem-estar social e com a felicidade dos cidadãos, mas o efeito do reforçamento é perdido (Skinner, 1961/1999). Ou seja, mais uma vez “destrói-se as contingências”. O reforçamento não-contingente pode gerar males como tédio, apatia e a depressão, não garantindo a felicidade do indivíduo (Dittrich, 2004),

¹¹ We look at a painting by Cézanne but do not eat the apples.

¹² In winning the struggle for freedom and the pursuit of happiness, the West has lost its inclination to act.

pois, seu comportamento não produz diretamente os reforçadores. “Apreciamos fazer algo e observar o resultado do que fazemos – e isso garante a própria continuidade do comportamento produtivo (...)” (Dittrich, 2004, p. 320). Ações que afastam o reforçamento contingente tiram do grupo a possibilidade de seus membros desenvolverem suas capacidades (Skinner, 1977/1978).

Skinner questiona, também, a própria existência das agências de controle. Primeiro pelo uso de práticas essencialmente punitivas e uso de reforçamento não-contingente. E em segundo, porque a concentração de poder numa agência de controle destrói o contato interpessoal (Skinner, 1977/1978). Ou seja, quando se delega o controle das pessoas para instituições políticas e econômicas, fragiliza-se o controle face a face. Porém, o comportamento social diretamente controlado pelos membros do grupo ético revela-se mais adequado e flexível (Dittrich, 2004). Neste sentido, o pensamento de Skinner se aproxima da proposta anarquista, enfatizando o fim do controle institucional e propondo o controle direto das pessoas, pelas pessoas. O comportamento seria controlado pelas próprias conseqüências imediatas das relações face a face entre pessoas e não por contingências manipuladas por governos, religiões, sistemas econômicos, etc.

Partindo da noção de que as culturas evoluem, Skinner assume que as culturas podem sobreviver ou perecer. Isso dependerá de suas práticas culturais e a relação dessas práticas com contingências de sobrevivência. Skinner chama essa relação de valor de sobrevivência das culturas (Dittrich, 2004). Práticas culturais se modificam, perecem e novas práticas são adicionadas numa cultura. As contingências de sobrevivência também se modificam. Esses dois fatores fazem com que o valor de sobrevivência de uma cultura esteja em constante transformação. Esse valor não pode ser inferido analisando apenas determinadas práticas culturais, mas é preciso analisá-las na relação com contingências de sobrevivência, nas quais as práticas estão inseridas. Ou seja, o valor de sobrevivência de uma cultura é variável.

O mundo se depara com quatro problemas de caráter global: a superpopulação mundial, o esgotamento de recursos, a poluição ambiental e a possibilidade de um holocausto nuclear (Skinner, 1971/1972). Parte das

consequências desses problemas já é sentida hoje. Porém, uma consequência “maior” e futura seria a extinção da própria cultura. Num futuro que, para Skinner, pode não ser tão remoto.

As culturas atuais, obviamente, sobreviveram. Porém, não é possível afirmar que o *status quo* é bom porque está aqui agora (Skinner, 1953/2003). Para Skinner, “boas culturas não são apenas culturas que sobreviveram, mas culturas com boas *perspectivas* de sobrevivência (...) nas quais o futuro seja uma preocupação constante” (Dittrich, 2007, p. 254). Nesse sentido, as práticas culturais atuais representam um grande perigo para a sobrevivência futura da humanidade. Skinner ressalta que a menos que algo seja feito (no sentido de alterar certas práticas culturais), e rapidamente, haverá aumento do excesso de pessoas no mundo, os recursos naturais se esgotarão mais rapidamente, a poluição se ampliará e a possibilidade de uma guerra nuclear continuará sendo uma ameaça (Skinner, 1973/1978).

Para Skinner pouco tem sido feito em relação ao futuro. Muitas pessoas não sabem do problema e das pessoas que sabem poucas tem tomado atitudes efetivas (Skinner, 1973/1978). A razão disso seria que o futuro parece estar sempre em conflito com o presente. Ou seja, o comportamento humano fica mais sobre controle de consequências imediatas, do que consequências atrasadas. Skinner utiliza o exemplo do uso de carros particulares para locomoção. Embora o proprietário do veículo tenha consciência que seu carro produz mais poluição, e que, caso utilizasse o transporte público poluiria menos, o indivíduo continua usando o transporte privado pela “comodidade”. Ou seja, usar seu próprio carro é imediatamente mais reforçador, enquanto, possíveis consequências aversivas da poluição podem ocorrer apenas futuramente - são consequências atrasadas. O mesmo pode ser dito da prática de ter muitos filhos. Os efeitos imediatos de se ter filhos são “mais fortes” do que os problemas futuros que o excesso de pessoas no mundo pode acarretar.

Da mesma maneira, apesar da descrição das contingências futuras que as práticas atuais podem gerar (como o aquecimento global, desastres ecológicos), a previsão é futura, remota. Isso torna mais difícil que os conselhos que essa previsão fornece sejam seguidos. E, além disso, como a descrição é de contingências aversivas, ocorrem comportamentos de esquiva,

como ignorar os conselhos (Skinner, 1987). Portanto, para Skinner, avisar (descrever contingências) sobre o futuro, não resolve o problema.

Instituições como o governo, a religião e sistemas capitalistas são também um problema nessa questão do agir para promover um futuro adequado para todos, pois o futuro da espécie (Homem) e o futuro dessas instituições divergem. Essas instituições, enquanto a concretização de diversas práticas culturais, foram selecionadas por suas conseqüências, que favoreceram a sobrevivência do grupo, *no passado*. “Mas as contingências de seleção estão em conflito com o futuro da espécie humana” (Skinner, 1987, p. 7), pois essas instituições controlam a maioria dos reforçadores da vida cotidiana e os utilizam para o seu próprio engrandecimento (Skinner, 1987). Armas nucleares são feitas para garantir a sobrevivência de um determinado governo, mas em relação à espécie humana, agem no sentido contrário. Ou seja, apesar de terem sido selecionadas no passado, essas instituições promovem práticas que desfavorecem a sobrevivência da humanidade *no futuro*.

O consumismo, nas sociedades capitalistas, também é apontado por Skinner (1987) como um problema para a sobrevivência futura da espécie humana, porque mais recursos são explorados e maior é a poluição gerada. Além dos bens consumidos serem reforçadores, o próprio comportamento de consumir é reforçado. Ou seja, há contingências que mantêm comportamentos de consumir, com muitos reforçadores imediatos, mas que a longo prazo são prejudiciais para a sobrevivência da espécie humana.

Uma solução para essas questões, na visão de Skinner, se daria a partir do entendimento científico do comportamento humano e do consequente uso da análise do comportamento aplicada ao campo que o autor chama de planejamento cultural. A proposta de Skinner, seguindo os princípios da análise do comportamento, enfatiza a necessidade da mudança do ambiente social, no caso, alterar práticas culturais. A seguir será apresentada a visão do autor sobre esta questão.

Planejamento Cultural

“A cultura tem uma condição física bem definida” (Skinner, 1974/2006, p. 173). É justamente essa análise do ambiente social como algo físico, no “esquema de referência de uma ciência natural” (Skinner, 1953/2003, p. 455), que permite, não apenas entender o efeito da cultura sobre o comportamento humano, mas também, alterar o planejamento cultural. Ou seja, é possível manipular o ambiente social.

“A importância principal do ambiente tem vindo lentamente a ser reconhecida por aqueles que se preocupam com a mudança do destino da humanidade” (Skinner, 1953/2003, p. 487). Deste modo, Skinner critica explicações tradicionais de que dificuldades para resolver os problemas do mundo são decorrentes da falta de uma “percepção clara” dos problemas, que falta força de vontade aos indivíduos, que o mundo vive uma crise moral (Skinner, 1987). Ou seja, explicações que colocam a causa e a solução dos problemas “dentro” do próprio homem. “Uma estratégia melhor é olhar para nosso comportamento e para as condições ambientais das quais ele é função” (Skinner, 1987, p. 2). Assim, Skinner aponta a necessidade de mudar contingências (o ambiente) e não apelar para a consciência de um suposto homem autônomo. Além disso, mudar a cultura também é mais eficiente, porque o efeito sobre um indivíduo se perde com a sua morte, enquanto as culturas sobrevivem por períodos de tempo muito maiores (Skinner, 1953/2003). “Portanto, podemos achar necessário mudar de uma filosofia que dá ênfase ao indivíduo para uma que dê ênfase à cultura ou ao grupo” (Skinner, 1953/2003, p. 487).

“Para resolver nossos maiores problemas nós precisamos de uma efetiva tecnologia do comportamento. Nós precisamos, resumidamente, de um novo campo de especialização – o planejamento de práticas culturais.”¹³ (Skinner, 1977/1978, p. 29). Skinner aponta, portanto, a importância central da análise do comportamento para a solução dos grandes problemas da humanidade. Solução decorrente de mudanças nas práticas culturais. “O tipo

¹³ To solve the major problem we need an effective technology of behavior. We need, in short, a new field of specialization – the design of cultural practices.

de planejamento cultural defendido por Skinner refere-se, exatamente, ao controle de práticas culturais (...)” (Dittrich, 2004).

Skinner questiona por que o planejamento de uma cultura deve ser deixado tanto ao acaso (Skinner, 1953/2003). “Não será possível mudar o ambiente social deliberadamente de forma a que o produto humano esteja mais de acordo com especificações aceitáveis?” (Skinner, 1953/2003, p. 463, 464). Isto seria urgente, pois mesmo que uma determinada prática cultural tenha origens acidentais (não planejada), ela é igualmente eficiente no controle do comportamento de um grupo.

Skinner argumenta, por outro lado, que muitas culturas já têm como característica a manipulação deliberada da própria cultura (Skinner, 1953/2003). E muitas pessoas participam desse processo de planejamento e replanejamento de práticas culturais. Por exemplo, na decretação de leis, por parte do governo, ou ainda, propostas educacionais para se criar os filhos. Essas são tentativas de manipular partes importantes de uma cultura (Skinner, 1953/2003). Assim, a manipulação de práticas culturais já ocorre, mesmo sem a clareza de um planejamento de longo prazo, sendo uma característica de muitas culturas. Portanto, devido a essa falta de um planejamento de longo prazo, Skinner afirma que o planejamento cultural é deixado “ao acaso”. Mas, que sua proposta de alterações deliberadas de práticas culturais não é nenhuma “novidade”, pois isso já é uma característica de muitas culturas atuais.

O pensamento “utópico” abrange o planejamento cultural como um todo e não apenas partes importantes da cultura (Skinner, 1953/2003). A proposta de Skinner consiste, justamente, nesse planejamento mais abrangente.

Uma questão ética fundamental, levantada pelo próprio Skinner, nessa forma de planejamento utópico é: em que direção se planejará?

Para responder essa pergunta, Skinner retoma a discussão sobre a sobrevivência das culturas. Levando em consideração que as culturas podem perecer ou sobreviver, Skinner aponta: “a sobrevivência é o único valor pelo qual se deve julgar uma cultura” (Skinner, 1971/1972, p. 110). Ou seja, a cultura deve ser avaliada e planejada de acordo com o seu valor de

sobrevivência. E, indo além: “É uma questão de benefício da cultura, e não do indivíduo” (Skinner, 1971/1972, p. 116). Assim, o planejamento não pode ser vinculado a benefícios pessoais ou de outras pessoas como objetivo primeiro. O objetivo primordial seria o bem da própria cultura.

Segundo Dittrich (2004) a ética skinneriana pode ser dividida num valor primário que seria a sobrevivência da cultura e em valores secundários como felicidade, saúde, segurança, amor, educação, cooperação e criatividade, para citar alguns deles. Os valores secundários estariam sempre subordinados ao valor primário. E caso sejam empregados corretamente, presumivelmente, os valores secundários contribuirão para a sobrevivência da cultura. “Os valores secundários, nesse sistema, dizem respeito a bens pessoais e bens dos outros” (Dittrich, 2004, p. 264). Isso se contrapõe a valores éticos tradicionais, que frequentemente assumem os bens pessoais e dos outros como valores primários, e uma consequente subordinação do bem das culturas (sempre voltado para o futuro) a esses bens que seriam imediatos (Dittrich, 2004).

Skinner tem como objetivo, portanto, o planejamento de uma cultura global (já que os problemas são descritos por ele como tendo caráter global). Colocando a sobrevivência da cultura como um tipo especial de valor, que nortearia o planejamento utópico (Skinner, 1971/1972).

Cabe ressaltar que a sobrevivência da cultura é pensada enquanto uma sobrevivência no futuro. “Nós não podemos planejar um modo de vida que tenha uma chance melhor de ter um futuro?”¹⁴ (Skinner, 1987, p. 8). Um passo além seria induzir os membros do grupo a trabalharem pela sobrevivência da cultura.

Nesse sentido, Skinner faz críticas a cultura Hippie, que estaria voltada para gratificações imediatas e para uma auto-realização pessoal, que ignora o futuro. Em função disso, Skinner rejeitou qualquer relação das suas propostas de planejamento cultural, com o movimento e as comunidades Hobbies do século passado, pois segundo o autor, o futuro não pode se beneficiar, apenas ocasionalmente e acidentalmente, de uma forte preocupação com o presente (Skinner, 1973/1978).

¹⁴ Can we not design a way of life that will have a better chance of a future?

O planejamento cultural proposto por Skinner, através da manipulação de práticas culturais, consiste justamente em criar um ambiente no qual comportamentos controlados por consequências de curto prazo produzam consequências benéficas de longo prazo, de modo que membros do grupo trabalhem para a sobrevivência da cultura (consequências benéficas de longo prazo), sobre controle de consequências de curto prazo (reforçadores pessoais mais imediatos). “A utilização de reforçadores imediatos para a produção de comportamentos com consequências favoráveis à sobrevivência das culturas é a própria essência da ideia de planejamento cultural” (Dittrich, 2007, p. 256).

Skinner aponta a importância da “prática de mudar práticas culturais” de maneira contínua. Ou seja, há uma ênfase sobre a experimentação. Pois, uma cultura que reforça a experimentação cultural deve aumentar suas chances de sobrevivência (Dittrich, 2007), já que as contingências de sobrevivência de uma cultura estão constantemente mudando. De modo que a experimentação contínua permite o constante “aperfeiçoamento” das práticas culturais, sensíveis às contingências de sobrevivência. “Talvez a maior contribuição que uma ciência do comportamento pode dar para a avaliação de procedimentos culturais está na insistência sobre a experimentação” (Skinner, 1953/2003, p. 474). É a ideia de modificar (constantemente) o planejamento cultural para testar as consequências (Skinner, 1953/2003). “Uma cultura que se contente com o *status quo* – (...) e portanto não experimenta – pode alcançar uma estabilidade temporária apenas ao preço de uma extinção eventual” (Skinner, 1953/2003, p. 482).

A proposta de planejamento cultural “mais abrangente” de Skinner (que envolve o pensamento utópico) tem como objetivo o planejamento da cultura como um todo. Esta proposta do autor é exposta no livro *Walden Two*, que será abordado a seguir.

Walden II

O livro de Skinner *Walden II* consiste numa novela utópica e retrata o funcionamento de uma pequena comunidade na qual se aplicam os princípios de uma ciência do comportamento aos problemas do dia-a-dia. É um modelo de sociedade utópica. O nome vem do livro *Walden* de Henry David Thoreau, que para Skinner (1948/1978) apresenta soluções para um indivíduo. *Walden II* seria uma proposta de solução para “todos”.

A narrativa de *Walden II* se constitui na visita do professor de psicologia e narrador do livro Burris, à comunidade *Walden II*, a convite de seu ex-aluno Frazier, o fundador da comunidade. Além dos dois, há mais um personagem importante na narrativa: Castle, professor de filosofia que faz a visita com Burris.

Segundo Dittrich (2004) Frazier é uma espécie de “*alter ego*” de Skinner e representa suas posições. Ao longo da narrativa, Frazier mostra a comunidade para Burris e Castle, defendendo sua existência e o seu funcionamento. Castle, por outro lado, faz críticas em relação às práticas da comunidade e alguns aspectos éticos decorrentes dessas práticas. Críticas que são respondidas por Frazier.

A comunidade descrita no livro tem algumas semelhanças com outras utopias da literatura ocidental, mas duas importantes diferenças (Dittrich, 2004). Como em quase todas as utopias, *Walden II* é descrita como um lugar que desfruta de paz, é “harmonioso”, no qual os membros mantêm um bom relacionamento entre si, com uma coerência interna, sem carências de qualquer tipo, etc. Outro fator em comum é a comunidade ter pequenas dimensões (cerca de mil habitantes).

Uma primeira diferença é que as utopias geralmente são descritas existindo num passado remoto, ou num futuro distante. E também, isoladas geograficamente (Skinner, 1971/1972). *Walden II*, por outro lado, é descrito como existindo no presente (aqui e agora) e relativamente próxima de uma grande cidade. Isso revela um importante aspecto da proposta de Skinner, que apesar de ter escrito uma obra utópica, considera sua proposta de

planejamento cultural plenamente factível. E mais importante, factível no aqui e agora.

Para que isso se realize, Skinner rejeita o que chama de ação política. Para ele, novos regimes de governo e novos líderes não são uma solução (Dittrich, 2004). Como Frazier afirma: “você não pode progredir em direção à Boa Vida pela ação política! Sob *nenhuma* forma de governo. Você deve operar sobre um nível totalmente distinto” (Skinner, 1948/1978, p. 196). Se por um lado assume a impossibilidade de um modelo reformista, por outro rejeita a possibilidade de revoluções socialistas. Pois considera que o socialismo mantém o problema da poluição, da superpopulação e do reforçamento não-contingente (Skinner, 1948/1978). E se pergunta sobre o sofrimento que causa o processo de uma revolução e a aversividade de impor para outras pessoas um determinado regime político.

O que Skinner propõe é a construção de uma nova sociedade que conviva em harmonia com a sociedade existente. A comunidade surgiria da aquisição legal das terras, na qual se assentaria a comunidade. Os membros da comunidade poderiam sair dela, se desejassem. Não haveria nenhum tipo de controle coercitivo para manter pessoas na comunidade. A expansão de *Walden II* se daria com novas comunidades. No livro, Frazier comenta sobre a construção de outras comunidades nos mesmos moldes de *Walden II* (*Walden III*, *IV*, e assim por diante). Isso mostra o caráter da ação que Skinner propõe: imediata e sem ação política, seja ela por eleições ou por revoluções. Ou seja, não envolve a “tomada” do poder e nenhum tipo de “jogo político”. Rogers, outro personagem do livro, um ex-aluno de Burris, comenta numa visita ao professor a respeito da comunidade: “Não será esta uma boa oportunidade para um novo começo? (...) Por que não reunir algumas pessoas e implantar, em algum lugar, um sistema social que realmente funcione?” (Skinner, 1948/1978, p. 7).

A segunda diferença com outras utopias é que geralmente as utopias são estáticas, pois se consideram perfeitas, não havendo necessidade de mudança. Skinner dá ênfase na experimentação – algo muito incentivado em *Walden II*. De modo que, as práticas culturais são constantemente revistas de acordo com seus resultados. Segundo Frazier: “o ponto principal é que nós

estimulamos nossa gente a olhar cada hábito e costume tendo em vista um possível aperfeiçoamento”. (Skinner, 1948/1978, p. 31).

A comunidade ter pequenas dimensões, com cerca de mil habitantes, é outro ponto importante da proposta de Skinner. “É bastante clara a opção política de Skinner em apontar a constituição de pequenos grupamentos como a principal – senão única – solução para os problemas humanos” (Dittrich, 2004, p. 336). Pequenas comunidades facilitam a experimentação, pois seu tamanho permite a análise mais precisa de suas práticas e dos efeitos dessas práticas. E modificações que precisem ser feitas, a partir dessa observação, são mais fáceis de serem executadas (Dittrich, 2004). Pequenas comunidades também favorecem o controle face a face, em oposição ao controle institucional das agências de controle – característica dos grandes grupos.

Ao longo da visita de Burris e Castle, Frazier expõe, através da vida cotidiana dos membros da comunidade, como funciona em *Walden II*, o que poderia ser chamado de economia, governo, educação e família. Além do chamado Código de Conduta *Walden II*.

Em relação à economia, *Walden II* não é totalmente autossuficiente. Por isso existe um “comércio exterior” com as cidades próximas a comunidade. O dinheiro pertence a comunidade como um todo e é usado nesse comércio. Internamente, porém, não a circulação ou acumulação individual de dinheiro. A “moeda” válida dentro da comunidade são os créditos-trabalho, definidos por Frazier da seguinte maneira: “(...) são um tipo de dinheiro, mas não são moedas nem notas, apenas lançamentos numa conta” (Skinner, 1948/1978, p. 53). Cada membro deve cumprir uma cota de 1200 créditos-trabalho por ano, para ter acesso a todos os bens e serviços da comunidade. A cada trabalho é colocado um determinado valor de créditos-trabalho. Esse valor muda dependendo das necessidades da comunidade e da demanda por determinado trabalho. Os trabalhos mais desejados têm um valor menor, de modo que mais horas de trabalho são necessárias. Os trabalhos menos desejados têm um valor mais alto e menos horas de trabalho são necessárias. “Um sistema de créditos (...) possibilita avaliar um trabalho em termos do desejo dos membros em executá-lo” (Skinner, 1948/1978, p. 54). Feito isso, Frazier afirma: “A longo

prazo, uma vez ajustados os valores, todos os tipos de trabalho são igualmente desejados” (Skinner, 1948/1978, p. 54).

Há, portanto, igualdade econômica na comunidade. Não há pessoas que detêm determinados reforçadores e outras que não os detêm. E conseqüentemente não há pessoas que trabalham para outras. “O homem realmente inteligente não quer sentir que o seu trabalho está sendo feito por outra pessoa” (Skinner, 1948/1978, p. 58, 59). Pois traria prejuízos tanto para quem emprega, quanto para quem trabalha para o empregador.

A jornada de trabalho em *Walden II* foi reduzida, em média, para quatro horas diárias. Porém, Frazier enfatiza que isso não reduz a produção se comparada com jornadas mais extensas de sociedades capitalistas, pois o membro da comunidade realiza o trabalho para si mesmo e não para um patrão que visa o lucro. De modo que ele trabalharia menos horas, mas com uma eficiência maior. Além disso, todos da comunidade trabalhariam: não há desempregados em *Walden II*. “Nós não temos desempregados devidos a mau planejamento” (Skinner, 1948/1978, p. 62).

Não há profissões em *Walden II*. Uma mesma pessoa deve realizar vários tipos de trabalho. Um médico, por exemplo, pode ganhar uma parte de seus créditos-trabalho realizando o ofício de médico, mas tem que cumprir o restante de suas horas com outras tarefas. Nesse ponto, Skinner enfatiza a importância de todos os membros realizarem tanto trabalhos “intelectuais” como trabalhos “braçais”. Isso seria importante para evitar que se criem grupos distintos de intelectuais e trabalhadores braçais. Assim, todos os membros da comunidade entram em contato com as contingências dos dois tipos de trabalho. Frazier valoriza a importância do trabalho braçal: “Uma ou duas horas de trabalho físico são uma medida de saúde” (Skinner, 1948/1978, p. 60). Evita-se também, atribuir algum *status* especial para determinado indivíduo em função da execução de determinada tarefa específica, como por exemplo, a atividade médica. Relações baseadas em *status* profissional são inexistentes, o que, para Skinner, tornaria as relações humanas mais “verdadeiras”.

Não há também, competição entre os membros da comunidade. “O espírito de competição, rotineiramente fomentado nas culturas atuais, é energicamente combatido em *Walden II*” (Dittrich, 2004, p. 327). Ao invés da

competição, a cooperação é bastante estimulada na comunidade. Segundo Frazier: “Nós nos opomos à competição (...). Nunca destacamos qualquer membro em qualquer aprovação especial (...). Um triunfo sobre um outro homem nunca é um ato louvável” (Skinner, 1948/1978, p. 171).

Frazier mostra que o nível de consumo na comunidade também é menor do que nas sociedades atuais, embora o padrão de vida seja alto. Nas palavras de Frazier: “Planejamos um padrão de vida muito alto com um baixo consumo de bens” (Skinner, 1948/1978, p. 65). Em *Walden II*, evitam-se posses desnecessárias e não há pressões de artifícios promocionais que estimulem o consumo desnecessário (Skinner, 1948/1978). De modo que o consumo de recursos é mantido num nível que garante conforto, mas que evita excessos, desperdício e poluição (Dittrich, 2004).

Outro ponto destacado por Dittrich (2004) é que o planejamento cuidadoso das contingências do trabalho, na comunidade, produz um reforçamento contingente ao trabalhar. Isso gera duas importantes consequências: “1) os cidadãos trabalham energicamente (mas não compulsivamente) e 2) sentem-se felizes ao trabalhar” (Dittrich, 2004, p. 330). É a ideia de Skinner de que a questão principal não é a abundância de reforçadores, mas planejar contingências efetivas para se obter esses reforçadores.

Frazier descreve o que seria o governo em *Walden II*: “nosso único governo é uma Junta de Planejadores” (Skinner, 1948/1978, p. 56). A Junta de Planejadores é formada por seis pessoas, que podem atuar como Planejadores por no máximo 10 anos. São os Planejadores que estabelecem a política em *Walden II*, tendo também algumas funções judiciais. Outra de suas funções é a de revisar o trabalho dos Administradores, que são “especialistas cuidando das divisões e serviços de *Walden II*” (Skinner, 1948/1978, p. 57). Há Administradores de alimentação, saúde, jogos, artes, trabalho, educação, para citar alguns. São eles que programam o trabalho que deve ser feito. E são o “canal” de contato dos Planejadores com os diversos setores da comunidade.

Planejadores e Administradores não têm nenhum tipo de *status* ou privilégios por suas atuações. E, além disso, não podem se dedicar exclusivamente para essas atividades, tendo que realizar também, trabalhos

estritamente físicos. Isso evita a divisão entre governantes e governados, de modo que os Planejadores e Administradores entram diretamente em contato com as contingências que planejam e administram.

Para a troca de Planejadores e Administradores não há eleições. Para a escolha de novos Planejadores, “A junta seleciona uma substituição dentre um par de nomes fornecidos pelos Administradores” (Skinner, 1948/1978, p. 56). No caso dos Administradores, Frazier explica que são pessoas “cuidadosamente treinadas e especialistas experimentados” (Skinner, 1948/1978, p. 57). Não caberia, desse modo, aos membros da comunidade julgar suas habilidades. De modo que não deveriam ser eleitos. Um Administrador começa em posições intermediárias até chegar a ser Administrador. Não ter eleições evita eventuais disputas políticas e a criação de grupos que se oponham, mantendo a coesão interna da comunidade.

Sobre essa espécie de governo, Dittrich (2004) afirma: “O caráter essencialmente coercivo das agências governamentais é substituído, em *Walden II*, pelo planejamento de contingências de reforçamento positivo” (Dittrich, 2004, p. 338). Planejadores e Administradores não usam coerção para compelir outros membros da comunidade a trabalhar. Mas manipulam contingências de modo que o trabalho se torne uma atividade “desejável”, ou seja, positivamente reforçadora.

A função judicial ou legislativa da Junta de Planejadores baseia-se no “Código *Walden*”, que estabelece as regras de conduta dos membros da comunidade. Esse código não é fixo, mas muda experimentalmente: “Nós temos certas regras de conduta, o Código *Walden*, que são mudadas de tempos em tempos, de acordo com a experiência” (Skinner, 1948/1978, p. 165). Para que o código seja modificado em algum ponto, é preciso que os Planejadores concordem por unanimidade e que dois terços dos Administradores também concordem.

A família em *Walden II* não existe enquanto uma unidade funcional. Segundo Frazier: “*Walden II* suprimiu a família, não só como unidade econômica, como também, até certo ponto, como unidade social e psicológica” (Skinner, 1948/1978, p. 141). As crianças são criadas comunitariamente. Todas as crianças dormem juntas, num mesmo edifício, separadas por faixas de

idade. Não há a separação de núcleos familiares em oposição ao restante da comunidade. Todos os adultos da comunidade são responsáveis por todas as crianças e desenvolvem afeto por todas elas. As crianças também mantêm relações afetuosas com todos os adultos. “O cuidado comunitário é melhor que o cuidado dos pais” (Skinner, 1948/1978, p. 144). Pois, segundo Frazier, evita-se que exista “uma dependência pessoal forte entre pais e filhos” (Skinner, 1948/1978, p. 145), de modo que a criança não depende exclusivamente de seus pais para receber alguma ajuda ou favor (ter acesso a determinados reforçadores), já que pode ter acesso também por outros membros da comunidade. As crianças “Recebem presentes e atenções de muitos adultos e podem encontrar entre eles um ou vários com os quais estabeleçam relações de profundo afeto” (Skinner, 1948/1978, p. 145). O enfraquecimento das relações sanguíneas ou a não-paternidade em *Walden II*, não se caracteriza, portanto, pela falta de afeto.

Frazier aponta que, ao se criar os filhos dessa maneira, previne-se que determinadas crianças sofram por qualquer adversidade na relação dos pais: como no caso do divórcio. Além disso, a criança tem a oportunidade de se “identificar” (ter um modelo) entre muitos adultos e não apenas entre seus pais biológicos.

Frazier compara a educação na comunidade com a educação das sociedades atuais. Segundo ele, *Walden II* dispensa a “máquina administrativa que as escolas necessitam a fim de ajustar a criança a uma estrutura social desfavorável” (Skinner, 1948/1978, p. 121). Nem há necessidade de uma padronização do ensino que permita a transferência de um aluno de uma escola para outra.

Em *Walden II* não há séries escolares, pois cada criança possui um determinado repertório. Padronizar o nível de conhecimento em séries seria limitar a capacidade de quem já tivesse aprendido determinado assunto e dificultar o aprendizado de quem ainda não possui os pré-requisitos para entender desse assunto. Além disso, um aluno pode estar mais “avançado” numa matéria do que em outras: “Um leitor de quarta série pode ser um matemático de sexta série (...) A série é um expediente administrativo” (Skinner, 1948/1978, p. 121). Em *Walden II*, uma criança não é forçada a

passar por uma atividade que já consegue realizar e uma criança “atrasada” na atividade é atendida mais eficientemente. “Aqui, a criança progride à velocidade que ela queira em qualquer campo” (Skinner, 1948/1978, p. 121).

As habilidades e capacidades ensinadas para cada criança também não são uniformes. Não há uma grade curricular ou determinado conjunto de cursos, nos quais todas as crianças tenham que passar. “A educação fixa representada por um diploma é uma restrição séria que não tem lugar em *Walden II*” (Skinner, 1948/1978, p. 121). A educação tem um valor em si, não sendo atribuído valores “adicionais” – sejam eles econômicos ou honoríficos.

O ensino é focado na técnica de “aprender a pensar”. O planejamento adequado, de contingências no ensino, deixam as crianças “motivadas” para aprender. Por isso há uma ênfase na orientação e não no ensino propriamente dito, de modo que as crianças “aprendem por si mesmas” (Skinner, 1948/1978, p. 121).

Não há na comunidade uma educação superior. Para os membros que querem ingressar numa universidade, há uma preparação especial para que o indivíduo possa passar nos exames classificatórios de universidades fora da comunidade.

Ao separar a educação de um aparato administrativo, a educação em *Walden II* continua indefinidamente (Skinner, 1948/1978). Pois, “A educação deveria ser a própria vida (...) Nós evitamos as necessidades espúrias acadêmicas (...)” (Skinner, 1948/1978, p. 126). Ou seja, o aprendizado em si é positivamente reforçador, mantido por si só (pela “curiosidade”) e não por uma exigência acadêmica, econômica ou de *status* social (diploma) e nem como fuga e esquiva de eventuais punições institucionais.

Na década de 60 e 70 do século passado duas comunidades foram fundadas tendo como “inspiração” a novela *Walden Two*. *Twin Oaks* foi fundada em 1967 nos EUA e *Los Horcones* em 1973, no México. O nível de influência do livro sobre as práticas de cada uma das comunidades foi diferente, assim como a compreensão e aplicação da análise do comportamento na comunidade. Cada uma das comunidades será analisada

separadamente a partir do contexto histórico de suas formações e desenvolvimento e de alguns “tópicos” fundamentais presentes em *Walden Two*: como a distribuição do trabalho, o governo, o cuidado comunitário das crianças e as relações interpessoais.

Twin Oaks

Contexto histórico

A comunidade de *Twin Oaks* foi fundada em 1967, por um grupo de oito pessoas, interessadas em formar uma sociedade experimental para promover mudanças sociais.

A maioria dos fundadores não se conhecia pessoalmente. São pessoas que leram *Walden Two* e ficaram entusiasmados com as ideias presentes no livro. Kathleen Kinkade, uma das fundadoras, escreve em seu livro, *A Walden Two experiment: the first five years of Twin Oaks community*, o impacto que a leitura de *Walden Two* causou em sua vida: “Eu não consigo exagerar o excitamento que eu sentia quando lia. A comunidade descrita era tudo que eu sempre quis, tudo que eu sempre acreditei, tudo que eu sempre precisei para ser feliz”¹⁵ (Kinkade, 1973, p.7). Em poucos meses fez contato com outras pessoas interessadas, com as quais dois anos depois, fundaria a comunidade. Uma das características de *Walden Two* que mais agradaram os fundadores foi a descrição de uma utopia possível de ser implementada no “aqui e agora”. De fato, a comunidade se estabeleceu numa fazenda, perto da cidade de Richmond, no Estado da Virgínia, num período curto de tempo.

Em 1966, uma conferência foi realizada com o objetivo de reunir pessoas interessadas em começar uma comunidade *Walden Two*, entre elas ativistas políticos e psicólogos behavioristas. Foi o primeiro momento que os futuros fundadores de Twin Oaks se encontraram pessoalmente, após trocas de correspondências. Duas questões importantes surgiram na conferência: a

¹⁵ I cannot exaggerate the excitement I felt as I read it. The community it depicted was everything I had ever wanted, everything I had ever believed in, everything I needed to be happy.

questão da participação ou não de psicólogos behavioristas na futura comunidade e ter ou não ter aporte financeiro para iniciar a comunidade. No primeiro caso, ocorre um afastamento em relação aos psicólogos. Kinkade (1973) afirma que os behavioristas queriam formar uma comunidade com um grupo seletivo de pessoas comprometidas com a análise do comportamento (o que ela considerava inviável). E que também, não estariam dispostos a iniciar uma comunidade com um número muito reduzido de pessoas e sem nenhum suporte financeiro. Kinkade define a sua posição: “Nós queríamos uma comunidade e queríamos logo ali, com dinheiro ou sem dinheiro, com psicólogos ou sem psicólogos, planejando ou sem planejar”¹⁶ (Kinkade, 1973, p.26). *Twin Oaks*, de fato, começa com um número muito reduzido de pessoas (apenas oito) e com pouco dinheiro. Na conferência, uma pessoa que tinha capital suficiente para comprar terras, se dispõe a comprar uma fazenda e doá-la para a instalação da comunidade. Essa pessoa se tornaria membro da comunidade futuramente.

Kuhlmann (2005) destaca a importância dessa conferência para o futuro da comunidade. Pois, uma das mais famosas comunidades inspiradas em *Walden Two* começa com ativistas políticos, com pouco conhecimento do behaviorismo: “suas compreensões de *Walden Two* diferem imensamente das interpretações behavioristas”¹⁷ (Kuhlmann, 2005, p.82). De modo que o behaviorismo, enquanto ciência que dá suporte ao livro *Walden Two*, não foi tão importante para os fundadores da comunidade. O livro “em si” foi mais importante, pois fornecia um ponto de partida para se iniciar a comunidade. Dele, retiraram ideias para montar uma estrutura para a comunidade: como o sistema de créditos-trabalho e o sistema de governo baseado na Junta de Planejadores. Assim, utilizaram o livro como um “guia prático” ou um “manual para ação” (Kuhlmann, 2005, p.87), deixando os princípios behavioristas que dão suporte ao livro, em segundo plano.

Kinkade (1973) afirma que a comunidade ter uma “estrutura” bem definida diferenciava *Twin Oaks* de outras comunidades da época nos EUA, que não viam necessidade e nem desejavam ter uma estrutura. Esse é um

¹⁶ We wanted community and we wanted it right then, money or no money, psychologists or no psychologists, planning or no planning.

¹⁷ Their understanding of *Walden Two* differed vastly from the behaviorists’ interpretation.

primeiro ponto de influência de *Walden Two* sobre *Twin Oaks*. Kinkade (1973) aponta outras “inspirações” em *Walden Two*, como o uso da experimentação para resolver problemas de vida diários, que ela chama de “caráter científico” da comunidade. Como, por exemplo, rever o sistema de distribuição de trabalho de acordo com os resultados obtidos. A propriedade comunal da terra e a tentativa de dissolução da família nuclear também foram inspirados no livro.

A interpretação que os fundadores fizeram do livro de Skinner, serviu como um ponto inicial de concordância sobre como seria a comunidade, pois todos “aderiram” os princípios gerais do livro.

Embora os fundadores tivessem a intenção de aceitar novos membros que fossem comprometidos com as ideias de *Walden Two*, não puderam selecionar as pessoas que entravam para a comunidade, pois precisavam de novos membros para que a comunidade pudesse sobreviver. De modo que aceitavam pessoas que não tinham nenhum comprometimento com as ideias do livro. Essa política de admissões permitiu que *Twin Oaks* sobrevivesse, porém, após alguns anos, fez com que a maioria da população da comunidade não conhecesse ou não se interessasse por *Walden Two* (Kuhlmann, 2005).

Em 1967 a comunidade era composta de oito pessoas, alojadas numa fazenda de 120 acres. Em 1973 a população subiu para aproximadamente 40 pessoas. A taxa de membros sempre variava, pois muitas pessoas deixavam a comunidade e muitas entravam. Neste mesmo ano, compraram terras vizinhas à fazenda, ampliando para 400 acres a extensão da comunidade. Da década de 1980 até os dias de hoje, a população de *Twin Oaks* se mantém em torno de 100 pessoas.

A distribuição do trabalho

Nas primeiras três semanas de existência da comunidade não havia um sistema formal que dividisse todos os trabalhos a serem realizados entre os membros. Porém, observaram que algumas pessoas ficavam sobrecarregadas com determinados trabalhos que poucas pessoas se dispunham a fazer, como

por exemplo, o trabalho doméstico. Atentaram assim, para a necessidade de estruturar a distribuição do trabalho.

Tinham como princípio que todos os trabalhos eram considerados igualmente “dignos” de serem realizados e nenhum membro recebia nenhum tipo de “*status*” por realizar determinado trabalho. O objetivo era fazer uma divisão justa do trabalho, no qual todos tivessem oportunidade de realizar trabalhos que consideravam mais interessantes, sendo que nenhuma pessoa realizava uma única atividade. O que são princípios semelhantes aos descritos em *Walden Two*.

Inicialmente implementaram um sistema de cartas (“card games”), no qual cada trabalho necessário de ser realizado era inscrito numa carta diferente, junto com as horas estimadas para realizá-lo. Por exemplo, “fazer o jantar na terça-feira, 1 hora”. As cartas eram passadas numa roda com todas as pessoas. Cada pessoa, que recebia o monte de cartas, podia escolher as cartas com os trabalhos que gostaria de fazer, passando as demais para a próxima pessoa, que fazia o mesmo. Cada pessoa deveria pegar cartas até atingir um mínimo de horas de trabalho, combinado previamente. De modo que, no final, cada membro ficasse encarregado de trabalhos de que gostasse e não gostasse. Esse processo era repetido toda semana.

Após algumas semanas esse sistema foi abandonado, pois demorava muito tempo para ser realizado. Algo que seria impossível com um número maior de pessoas na comunidade.

Um segundo sistema, chamado de sistema de assinaturas, foi proposto. Nele, havia uma lista escrita das tarefas a serem realizadas. Cada pessoa assinava os trabalhos que queria realizar. Quando mais de uma pessoa gostaria de fazer um trabalho, havia um sorteio. O vencedor no sorteio realizava o trabalho que tinha escolhido. O perdedor, por outro lado, deveria escolher algum trabalho que ainda não havia sido escolhido por ninguém.

A partir desse sistema, passaram a utilizar um sistema de créditos-trabalho inspirado em *Walden Two*. Começaram a estabelecer uma cota de créditos-trabalho necessários para cada membro cumprir e a ajustar o valor dos créditos de cada trabalho de acordo com a sua procura. Os trabalhos

disputados em sorteio valiam menos créditos-trabalho e os trabalhos que ninguém havia escolhido e que os perdedores do sorteio deveriam realizar, valiam mais créditos-trabalho.

Esse sistema foi sendo aperfeiçoado após algumas semanas de funcionamento. Todas as pessoas passaram a realizar as assinaturas ao mesmo tempo, em listas separadas, não sabendo o que as outras pessoas haviam escolhido. Isso evitava manipulações de qualquer tipo. Fato que revela o caráter experimental da comunidade de mudar suas práticas constantemente, de acordo com os resultados obtidos.

Um terceiro sistema foi proposto, no qual o valor de cada trabalho valia de acordo com a preferencia de cada um. Cada pessoa realizava uma lista contendo, do seu trabalho preferido até o trabalho que menos gostava. Algumas pessoas ficavam encarregadas de reunir a lista de todas as pessoas e distribuir os trabalhos, respeitando ao máximo as preferencias de cada pessoa. O trabalho valia mais créditos, quando uma pessoa realizava um trabalho que *pessoalmente* considerava desagradável. Da mesma maneira, valiam menos créditos, uma pessoa que realizasse um trabalho de sua preferência. Assim, duas pessoas poderiam realizar o mesmo trabalho e receberem créditos diferentes por ele.

Esse novo sistema foi abandonado após um ano, pois ao contrário do que haviam previsto, determinados trabalhos tinham um índice de preferencia muito baixo. Como por exemplo, lavar a louça. De modo que, chegou-se a um ponto, que era impossível aumentar o valor dos créditos para esses trabalhos. Os membros da comunidade já mantinham uma jornada de trabalho acima de 40 horas semanais e não podiam abrir mão de outros trabalhos importantes e necessários para a comunidade. Assim, para aumentar ainda mais o valor das atividades que ninguém se dispunha a fazer, teriam que baixar o valor de outras atividades com maior procura. De modo que trabalhar em áreas de maior preferência iriam requerer um número muito elevado de horas de trabalho, o que tornava o sistema inviável.

O sistema de distribuição de trabalho, utilizado em *Twin Oaks* até os dias atuais, abandonou o sistema de créditos variáveis, como proposto por Skinner. Ao invés do valor de cada trabalho ser ajustado de acordo com a

procura para realizá-lo, estabeleceram que todos os trabalhos valeriam o mesmo número de créditos. Sendo uma hora de trabalho, igual a um crédito. Os trabalhos que ninguém se dispunha a fazer, como lavar a louça e limpar os banheiros, foram retirados do sistema, de modo que todos deveriam trabalhar determinado tempo nessas atividades. Os demais trabalhos continuaram sendo distribuídos através do sistema de assinaturas, embora não fossem mais “regulados” pelo sistema de créditos variável.

A maior influência de *Walden Two* sobre a forma de distribuição de trabalho em *Twin Oaks* é talvez, a ideia de se criar um sistema ou uma estrutura bem organizada para dividir o trabalho que necessitava ser feito. Mesmo que esse sistema tenha passado por diversas modificações, afastando-se de alguns princípios descritos no livro, o conceito de uma estrutura bem planejada para distribuir o trabalho permanece, mesmo que de uma forma diferente. Com exceção das primeiras semanas de existência da comunidade, em nenhum outro momento deixaram a distribuição do trabalho “ao acaso”. Pois, assim como em *Walden Two*, a proposta de *Twin Oaks* era criar uma sociedade alternativa à existente. Para isso, acreditavam na necessidade de uma estrutura bem definida. “Uma comunidade anarquista pode ser terapêutica, mas ela não é séria ao se propor uma estrutura social alternativa”¹⁸ (Kinkade, 1973, p.43).

Economia

As principais atividades econômicas da comunidade são: a manufatura de redes de dormir, agricultura e criação de animais.

Nos primeiros anos de *Twin Oaks*, quase todos os membros mantinham empregos em cidades próximas pela necessidade de complementar a renda da comunidade.

¹⁸ The anarchistic commune may be therapeutic, but it is not serious about proposing an alternative societal structure.

Não há circulação de dinheiro dentro da comunidade. O dinheiro da comunidade é coletivo e é usado para comprar produtos que não são produzidos em seu interior.

Todos têm acesso a todos os bens que são produzidos na comunidade.

Governo

A estrutura de governo de *Twin Oaks* foi baseada diretamente no modelo de *Walden Two*, sendo composto por Planejadores e Administradores. A Junta de Planejadores é formada por três pessoas, que ficam 18 meses no cargo. Suas principais funções são: indicar uma direção “geral” que a comunidade deve seguir, nomear os Administradores e decidirem questões ideológicas referentes a comunidade. São os próprios Planejadores que indicam seus sucessores.

Os Administradores são responsáveis por áreas específicas da comunidade. Há um Administrador para cada área, como por exemplo, um Administrador para a área de animais, outro para a área de visitantes, outro para a indústria e assim por diante. Os Administradores são nomeados de acordo com suas habilidades para determinadas áreas. Assim, uma pessoa que sabia manusear o trator ficou responsável pela área de plantação. Segundo Kinkade (1973) são os Administradores que tomam decisões importantes que afetam o dia-a-dia da comunidade. O Administrador da comida define qual a dieta da comunidade, o Administrador das roupas decide o vestuário e assim por diante.

Nas primeiras cinco semanas a comunidade não tinha um governo “formal” e as decisões eram feitas por consenso. Após esse período, os três primeiros Planejadores foram eleitos e os Administradores nomeados. Os próximos Planejadores foram nomeados.

As decisões tomadas pelos Planejadores, no entanto, eram sempre discutidas com o resto da comunidade. Os outros membros podiam vetar qualquer decisão dos Planejadores, caso a maioria votasse contra a decisão.

Em relação ao governo, Kinkade (1973) afirma ser uma área que os membros da comunidade sentiram a necessidade de escolher pessoas por suas habilidades. Como em *Walden Two*, implantaram um sistema de um governo “profissional”, no qual pessoas são designadas para determinadas funções de acordo com suas habilidades.

Um Planejador ou um Administrador não ganhavam nenhum tipo de *status* por ter essa função. Da mesma maneira, não tinham nenhum tipo de autoridade sobre outros membros da comunidade. Administradores que se atribuíam a função de mandar eram ignorados, pois não conseguiam pessoas para trabalhar com eles nas suas determinadas áreas.

Esse sistema também não era burocrático, no sentido de que um Administrador pode tomar uma decisão por conta própria, não necessitando discutir ou pedir permissão para decidir o que julga ser melhor na sua área de atuação.

Relações interpessoais

Kinkade (1973) descreve o que foi proposto na comunidade para resolver conflitos e “problemas” comportamentais e relacionais entre os seus membros. O seu relato evidencia a oposição ou a falta de convicção de outros membros em relação ao behaviorismo.

Em relação à manipulação deliberada do ambiente para selecionar determinados comportamentos “desejáveis” para a comunidade, Kinkade (1973) levanta possíveis questões éticas que impediriam o seu uso. Para a autora, haveria a necessidade de uma suposta hierarquia entre quem planeja e quem estaria exposto ao planejamento. Citando os exemplos de educadores e estudantes e de médicos e pacientes. O controle ficaria na mão dos Planejadores, criando uma hierarquia que não seria aceita pelo resto da comunidade. Kinkade também refere-se à educação no resto dos EUA como seguindo a filosofia do *laize-faire*, como se não houvesse controle, ou nenhum tipo de manipulação deliberada do ambiente.

Esse raciocínio da autora expõe uma compreensão peculiar de *Walden Two* e da análise do comportamento. Pois para Skinner (1948/1978), os Planejadores estariam expostos a mesmas contingências que os demais membros da comunidade, ou seja, estariam sempre expostos às contingências que planejaram. Isso evitaria, justamente, uma hierarquização entre quem governa e quem é governado, pois todos estariam sujeitos as mesmas contingências. Em *Twin Oaks*, todas as decisões tomadas pelos Planejadores estão controlando, de alguma maneira, o comportamento dos demais membros da comunidade e deles próprios. Mesmo que não seja, como colocada pela autora, uma manipulação deliberada para modificar um determinado comportamento.

Em relação à educação nos EUA, Kinkade desconsidera a existência do controle, quando a relação de controle não foi deliberadamente planejada. Embora o controle continue existindo.

Em relação ao que pode ser chamado de “problemas comportamentais” Kinkade (1973) relata um problema que a comunidade enfrentou com uma criança pequena que emitia muitos comportamentos que podem ser classificados como “birras”. Na época havia apenas essa criança na comunidade, de modo que ela não tinha ninguém da sua idade para brincar. A mãe, naquele momento, não estava morando em *Twin Oaks*. Havia deixado o filho sobre o cuidado do restante da comunidade. Os adultos, então, revezavam-se no cuidado da criança. Porém, todos tinham muito trabalho para fazer e não podiam ficar todo o tempo “dando atenção” para a criança. Com o passar do tempo, a criança começou a emitir comportamentos de “birra”, como chorar e gritar quando não recebia atenção, ou quando queria alguma coisa, como por exemplo, dormir no quarto de um adulto. Kinkade (1973) cita o “princípio de extinção” como uma técnica que poderia resolver o problema das birras. Porém, afirma que poucos membros da comunidade realmente “acreditavam” no conceito, de modo que não conseguiram extinguir o comportamento, pois acabavam cedendo e dando atenção à criança como consequência do comportamento de birra. Isso tornou a convivência com a criança realmente desagradável para os adultos da comunidade, que não souberam como lidar com a situação. Após alguns meses, a mãe buscou a

criança, levando-a para morar com ela na cidade, gerando um grande alívio na comunidade.

Para solucionar problemas de relacionamentos interpessoais a comunidade adotou os seguintes procedimentos: criaram um “sistema de cartas”, no qual uma pessoa poderia escrever uma reclamação sobre determinado comportamento de outra pessoa e deixar numa caixa, assinando ou não a carta. Um Administrador era encarregado de ler as cartas depositadas na caixa e conversar pessoalmente com as pessoas que foram motivo de reclamação. Assim, a pessoa incomodada com o comportamento de outra pessoa poderia se expressar sem entrar diretamente em conflito com ela. E a outra pessoa, por sua vez, tomava conhecimento de que determinada coisa que fazia estava incomodando outra pessoa.

Outro procedimento adotado foi o “grupo de crítica”. Com os membros da comunidade reunidos, uma pessoa era voluntária para ser a pessoa “criticada”. Os demais membros falavam diretamente de aspectos que não gostavam ou que se incomodavam dessa pessoa. Num próximo encontro outra pessoa era voluntária.

Cuidado comunitário das crianças e a estrutura familiar

Assim como em *Walden Two*, *Twin Oaks* tinha como proposta inicial, o fim do modelo de família nuclear. O cuidado e a educação das crianças que moram na comunidade seriam de responsabilidade de todos os membros.

A implementação deste novo modelo em *Twin Oaks*, no entanto, enfrentou problemas, como a preocupação dos pais biológicos em relação a possíveis negligências do cuidado das crianças por parte de outros membros e a dificuldade de se tomar certas decisões, pois os pais reivindicavam para si a responsabilidade de decidir em oposição ao resto da comunidade. Soma-se a isso, a inexperiência inicial da comunidade para lidar com esses conflitos.

Em função desses problemas encontrados, a comunidade abandonou o modelo de cuidado comunitário das crianças, mantendo a estrutura de famílias

nucleares. As crianças são cuidadas, atualmente, pelos seus parentes biológicos, embora outras pessoas da comunidade possam, eventualmente, cuidar das crianças por certos períodos de tempo.

Los Horcones

Contexto Histórico

Em 1972, psicólogos behavioristas fundaram uma escola, na cidade de Hermosillo, México, para crianças com desenvolvimento atípico. Os psicólogos desta escola começaram neste mesmo ano a planejar a futura comunidade de *Los Horcones*.

Entre as razões apontadas pelos futuros fundadores de *Los Horcones*, para a formação da comunidade, estão: razões acadêmicas, que envolvem a aplicação da análise do comportamento para o planejamento da comunidade e a obtenção de dados empíricos sobre essa aplicação. Razões “pessoais”, advindas de uma insatisfação com as práticas culturais existentes e, também, razões “sociais”, relacionadas ao sofrimento de outras pessoas (da humanidade como um todo). A proposta de uma nova sociedade seria apresentar uma alternativa à sociedade existente, causadora desse sofrimento (Los Horcones, 2011).

No ano seguinte (em 1973) compraram um terreno de 14 hectares próximo a cidade, através de um empréstimo bancário. A comunidade de *Los Horcones* foi fundada no mesmo ano neste local, por sete pessoas. Entre os fundadores, alguns eram psicólogos behavioristas, professores e fundadores da escola para crianças com desenvolvimento atípico.

Los Horcones, portanto, teve desde sua fundação participação decisiva de psicólogos behavioristas. O que difere fundamentalmente essa comunidade, da comunidade de *Twin Oaks*, que em nenhum momento teve qualquer participação de psicólogos. O critério de seleção de novos membros também foi diferente: em *Los Horcones* foram aceitos apenas novos membros que

concordassem com as propostas da comunidade (e consequentemente com as propostas da análise do comportamento). Esse processo de seleção mais rigoroso causou, possivelmente, o crescimento menor da comunidade (em número de membros) em comparação com *Twin Oaks*. Durante os primeiros sete anos de *Los Horcones* a população variou de sete a 20 membros. Mas, por outro lado, manteve uma “consistência teórica” muito maior, uma vez que todos os membros da comunidade tinham conhecimento da análise do comportamento.

O terreno que a comunidade ocupava foi valorizado no final da década de 70, pois estava numa área industrial da cidade de Hermosillo. Isso permitiu aos membros da comunidade vender, em 1980, o terreno que ocupavam para uma grande empresa e comprar um novo terreno de 100 hectares, 63 km mais distante da cidade (que não era tão valorizado). No ano seguinte (1981) mudaram-se para o novo terreno, o qual ocupam até os dias atuais. O objetivo desta mudança foi, a partir do estabelecimento da comunidade num terreno maior, tornar a comunidade mais próxima da autossuficiência (Los Horcones, 2011).

A população variou em média nos anos seguintes de 20 a 40 membros, chegando a 60 pessoas em alguns períodos. Um número de membros inferior ao de *Twin Oaks*, que a partir dos anos 80, manteve uma população em torno de 100 pessoas.

A formação behaviorista dos fundadores influenciou decisivamente a constituição de *Los Horcones*. “A análise experimental do comportamento vem ocupando um lugar muito importante no desenvolvimento da comunidade”¹⁹ (Revista latinoamericana de psicologia, 1978, p. 447). O que se utiliza é a análise do comportamento enquanto uma ciência. Embora *Walden Two* tenha sido considerado uma referência teórica para a formação e desenvolvimento da comunidade, nunca foi utilizado como um “manual” para determinadas ações. O que se usou na comunidade foi o método científico, baseado na experimentação: “é política básica da comunidade *Los Horcones* que o método científico seja aplicado ao tratar de resolver os problemas que se apresentem

¹⁹ El análisis Experimental de la Conducta ha ocupado un lugar muy importante en el desarrollo de la comunidad.

em qualquer de suas áreas”²⁰ (Revista latinoamericana de psicologia, 1978, p. 447). Conforme experimentavam determinadas práticas, alteravam-nas de acordo com os resultados obtidos. Ou seja, para os fundadores de *Los Horcones*, mais importante que o livro *Walden Two* para as práticas adotadas na comunidade, foi a análise do comportamento enquanto ciência, que embasou tudo o que foi feito na comunidade.

A distribuição do trabalho

A comunidade adotou, inicialmente, o sistema de créditos-trabalho como proposto em *Walden Two*. Posteriormente, no entanto, mudaram para um sistema que chamaram de “sistema de tempo”. A principal diferença desse segundo sistema para o primeiro, é que não se ganhava mais créditos, por tarefas menos desejadas. De modo que todos os trabalhos passaram a ter o mesmo valor de créditos, contabilizados a partir dos minutos gastos para realizar cada tarefa.

Dois coordenadores (equivalente aos Administradores em *Walden Two*) são encarregados da área de distribuição do trabalho. Para isso sempre possuem uma lista com todos os trabalhos necessários de serem feitos na comunidade, assim como o tempo médio para realizar cada trabalho e o número de pessoas requeridas. Para calcular a quantidade de tempo que cada membro precisa trabalhar, os coordenadores dividem o tempo médio de todos os trabalhos juntos, pela quantidade de membros da comunidade. Esse tempo, em média, varia de seis a nove horas por dia, embora essas horas possam ser aumentadas dependendo da necessidade da comunidade.

Cada membro planeja com os coordenadores os trabalhos que realizarão. Os membros escolhem a maior parte dos trabalhos que desejam fazer. Outra parte são os coordenadores que escolhem. Em relação a trabalhos que uma pessoa não goste de realizar, a comunidade encontra três possíveis soluções: uma primeira solução é encontrar outra pessoa que goste do trabalho

²⁰ Es política básica de la comunidad Los Horcones que el método científico sea aplicado al tratar de resolver los problemas que se presentan en cualquiera de sus áreas.

em questão, de modo que a pessoa que não goste não tenha que realizá-lo. Uma segunda alternativa é ensinar a pessoa a gostar do trabalho. Pois considerando que a pessoa “aprendeu”, em sua história de vida, a não gostar de determinado trabalho, essa história de aprendizagem pode ser “revertida”, alterando-se as contingências envolvidas. Uma terceira opção é fazer um revezamento entre os membros para a realização do trabalho. De modo que a atividade, possivelmente não desejada por nenhum membro, seja feita numa quantidade de tempo pequena por cada membro (Los Horcones, 2011).

Economia

O sistema econômico de *Los Horcones* é chamado por seus membros de “economia cooperativa *Walden*” (Los Horcones, 2011). Esse sistema envolve a produção cooperativa de bens e serviços, no qual os próprios membros determinam o que vai ser produzido, sendo que todos participam da produção. Homens e mulheres têm as mesmas oportunidades de trabalho (Los Horcones, 2011). Crianças começam a trabalhar em atividades que lhe são possíveis realizar. Da mesma maneira, idosos também trabalham.

Um dos principais objetivos desse sistema é que os membros tenham satisfação pelo trabalho que realizem, ao mesmo tempo em que sejam produtivos no que façam. Para isso, a economia é baseada numa produção mais variada possível de produtos. De modo que se crie uma grande variedade de tipos diferentes de trabalho, aumentando a chance de que uma pessoa possa realizar trabalhos que goste.

As principais atividades econômicas da comunidade são: produção de gêneros alimentícios, artesanias, publicações sobre a comunidade, artes, a educação especial na escola para crianças com desenvolvimento atípico, acampamento de verão e de fim de semana para crianças e adolescentes que são de fora da comunidade e conferências e seminários realizadas em outras cidades e países.

Dentro da comunidade, não há circulação de dinheiro. Há uma relação monetária apenas com a sociedade exterior (Los Horcones, 2011).

Da mesma maneira que a produção, a distribuição dos bens e serviços também é igualitária. Todos têm acesso a tudo que foi produzido.

Na comunidade, existem três tipos de propriedade: a propriedade comunal, o uso privado de propriedade comunal e a propriedade privada compartilhada. A propriedade comunal consiste em propriedades que pertencem a todos da comunidade, como o terreno, as casas, carros, ferramentas, e assim por diante. O dinheiro também é considerado uma propriedade comunal. O uso privado de propriedade comunal envolve a utilização temporária, por uma pessoa (uso privado), de algo que é de propriedade comunal. Como, por exemplo, roupas e livros. Quando uma pessoa está lendo um livro, as outras devem esperar a pessoa terminar de ler, para poderem ler. Temporariamente o uso é privado, embora a propriedade seja comunal. O terceiro tipo de propriedade, a propriedade privada compartilhada se aplica aos visitantes da comunidade. Os pertences dos visitantes são sua propriedade privada. No entanto, ela deve ser compartilhada com o restante da comunidade. Quando o visitante deixa a comunidade leva consigo seus pertences.

A economia de *Los Horcones* também é orientada “pró ecologicamente”. Ou seja, o objetivo é fazer um uso sustentável dos recursos naturais (Los Horcones, 2011). Exemplos dessa orientação são: o uso de energia solar, a reutilização da água e a reciclagem de determinados objetos. Além disso, a propriedade comunal reduz o consumo, contribuindo para a “sustentabilidade” ecológica da comunidade.

Governo

O que poderia ser chamado de governo em *Los Horcones* é constituído pelo sistema de Planejadores e Administradores conforme descrito em *Walden Two*.

Os Planejadores ocupam o cargo por 18 meses. São responsáveis por nomear os coordenadores, tomar as decisões na comunidade e representar a comunidade externamente (revista latinoamericana de psicologia, 1978). Há também um Planejador ajudante, que acompanha o trabalho dos Planejadores,

aprendendo suas funções para que, futuramente, esteja habilitado para ser um Planejador.

Apesar da existência dos Planejadores, as decisões são discutidas em assembleias e o voto de cada membro é decisivo. Pois, cada membro tem poder de vetar qualquer decisão, de modo que, nenhuma decisão é implementada até que todos os membros estejam de acordo. No entanto, a tomada de decisões não pode ser considerada como sendo por “consenso” (Los Horcones, 2011), porque os membros não são obrigados a irem às assembleias. Caso uma pessoa não vá, o seu voto não é “necessário” para que uma medida seja implementada. Mas, a pessoa que faltou pode, caso queira, dar seu voto futuramente.

Os primeiros Planejadores foram eleitos pela comunidade. Os seus sucessores passaram a ser nomeados pelos próprios Planejadores em exercício.

Os Administradores, também chamados de coordenadores, atuam em diferentes áreas da comunidade, como por exemplo: a agricultura, a economia, o trabalho, a alimentação, animais, transporte, saúde e cultura. Qualquer pessoa pode se tornar coordenador de qualquer área (Los Horcones, 2011). Caso uma pessoa não possua as habilidades necessárias para ser coordenador de uma determinada área, ela pode entrar como ajudante do coordenador, aprender as habilidades e vir a ser coordenador no futuro.

Embora haja coordenadores de diversas áreas, todos na comunidade são responsáveis por todas as áreas. Não se culpa um coordenador caso a sua área tenha algum problema (Los Horcones, 2011). Da mesma maneira, os coordenadores não tomam decisões importantes sem antes consultar o restante da comunidade. Caso algum membro tenha qualquer sugestão ou reclamação de determinada área pode falar diretamente com o coordenador. Esse tipo de conversa direta com o coordenador, numa relação face a face, é fomentado na comunidade, pois tem como referencial, a importância dada por Skinner ao controle face a face em oposição ao controle institucional.

Como em *Twin Oaks*, não há nenhum tipo de privilégio para quem ocupa estes cargos.

O tipo de governo constituído na comunidade, como descrito acima, passou a ser chamado de “personocracia”, nome dado pelos próprios membros de *Los Horcones*. As principais decorrências dessa forma de governo, segundo os membros da comunidade, são: um sistema que toma em consideração cada pessoa da comunidade e não apenas uma maioria, como ocorre numa democracia (Los Horcones, 2011). Também se constitui numa estrutura horizontal, não hierárquica, na qual todos são governantes e governados ao mesmo tempo, sendo que os postos de governo sempre estão abertos para que qualquer pessoa possa ocupá-lo, pois mesmo que um determinado cargo já esteja sendo ocupado, outra pessoa pode entrar como ajudante, caso deseje.

Relações interpessoais

Uma das áreas mais importantes da comunidade é a área chamada de comportamento humano. Um ou mais coordenadores são designados para essa área, que tem como objetivo desenvolver classes de comportamentos que são considerados fundamentais para que a comunidade exista e se desenvolva. Tais comportamentos são denominados de “comportamentos comunitários”. Dentre essas classes de comportamentos estão: comportamentos de cooperar, de compartilhar, de pacifismo, de ajuda mútua, de igualdade e comportamentos “pró ecológicos”. Para que os comportamentos descritos acima sejam ensinados e mantidos, os coordenadores da área planejam programas específicos através da manipulação deliberada do ambiente físico e social, para que os comportamentos comunitários sejam selecionados.

O ensinamento desses comportamentos é considerado tão importante pelos membros da comunidade, que ela faz parte também da área da educação. Área que é separada, justamente, entre a educação acadêmica e a educação de comportamentos comunitários.

Um Código de Conduta foi escrito pelos membros da comunidade de maneira semelhante ao “Código de Conduta *Walden*”. Inicialmente, o Código

continha uma lista com os comportamentos comunitários que deveriam ser "incentivados" na comunidade. Porém, com o desenvolvimento da comunidade, os membros modificaram o Código, pois chegaram a conclusão que precisavam acrescentar a descrição "completa" das contingências e não apenas as respostas esperadas. Os membros observaram que emitiam determinadas respostas de "cooperar", por exemplo, apenas diante de outros membros. O mesmo não acontecia em outras situações, como quando estavam sozinhos. Assim, incluíram ao Código, em que situações esperavam determinados tipos de respostas e quais as "razões" desta resposta ter sido emitida (quais as possíveis consequências). De modo que o Código passou a ser chamado de Código de Contingências Comunitárias (Los Horcones, 2011).

O Código serve como um "lembrete" de quais os comportamentos que estão de acordo com os objetivos traçados para a comunidade. Os membros não esperam, no entanto, que comportamentos comunitários sejam emitidos sobre controle do Código. Por isso, a ênfase se dá sobre o planejamento de contingências na comunidade para que isso ocorra.

Além disso, os coordenadores da área de comportamento humano organizam reuniões periódicas com todos os membros da comunidade. Nestas reuniões, todos tem a oportunidade de falar sobre coisas de que gostem e não gostem na comunidade. Da mesma maneira, podem falar sobre o comportamento de outros membros e sobre o seu próprio comportamento. A partir do que é falado na reunião, são traçados objetivos comportamentais sobre o que deve ser mudado e quais os procedimentos que serão adotados para que isso ocorra. Os coordenadores também servem como "mediadores", caso duas ou mais pessoas tenham problemas específicos entre si.

Cuidado comunitário das crianças e a estrutura familiar

A estrutura familiar de *Los Horcones* recebeu o nome, dado pelos próprios membros, de "Família Comunitária *Walden*" (Los Horcones, 2011). Essa estrutura se assemelha muito a estrutura descrita em *Walden Two*. Todos os adultos assumem o compromisso de educar e cuidar de todas as crianças

como se fossem seus próprios filhos (biológicos). E, da mesma maneira, todas as crianças consideram os adultos como seus “pais”.

Ao mesmo tempo, no entanto, se fomenta e respeita a monogamia (Los Horcones, 2011). Neste ponto, há uma grande diferença entre *Los Horcones* e *Twin Oaks*. Pois em *Twin Oaks* se permitia e até se incentivava a liberdade sexual e a poligamia. Kuhlmann (2005) atribui este fato ao contexto histórico de México e dos EUA na década de 70. Enquanto no México a forte presença da igreja católica pregava a monogamia, nos EUA diversos movimentos, como o movimento Hippie (que acabou influenciando fortemente *Twin Oaks*) pregavam justamente a liberdade sexual e a poligamia.

Em função da existência da monogamia, em *Los Horcones*, os membros da comunidade não consideram que aboliram a família nuclear, mas que a estenderam para o restante da comunidade não limitando-a apenas aos laços sanguíneos. Assim, seria possível falar numa “família comunitária”, pois a família passa a englobar a comunidade como um todo.

Algumas vantagens deste modelo são apontadas pelos membros da comunidade. Primeiro, não se produz crianças órfãs ou abandonadas e mal cuidadas, pois sempre há quem as cuide, mesmo que os pais biológicos não estejam presentes por quaisquer motivos que sejam. Da mesma maneira, não se produz idosos solitários. Há sempre quem os queira e os cuide, independentemente de terem ou não filhos biológicos (Los Horcones, 2011). Uma segunda vantagem seria no caso de casais, que não queriam engravidar (ou não consigam) possam desfrutar das relações de pais e filhos. Uma terceira vantagem seria o fato de as crianças receberem amor, cuidado e educação de um número muito maior de pessoas (Los Horcones, 2011). Por fim, as crianças sempre têm a companhia de outras crianças e de outros adultos.

Após a descrição da proposta de Skinner sobre o planejamento cultural, e a aplicação desses princípios em duas comunidades, retoma-se o objetivo deste trabalho: a investigação de práticas culturais em uma comunidade quilombola, tendo como referência a análise do comportamento.

Método

Participantes: Foram sujeitos da pesquisa membros da comunidade quilombola de Ivaporunduva. Todos foram devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa.

Local: Quilombo de Ivaporunduva. A escolha da comunidade quilombola de Ivaporunduva para a realização da pesquisa deve-se à sua importância na região do Vale do Ribeira: é a comunidade mais antiga do Vale, formou em 1994 a primeira Associação Quilombola da região, teve seu reconhecimento oficial como um remanescente quilombola em 1997 e obteve parte da titulação de suas terras em 2003.

Procedimento de coleta: Os dados sobre a comunidade quilombola podem ser divididos em duas “partes”: uma primeira parte refere-se a publicações já realizadas sobre a comunidade, indicadas pelos próprios membros de Ivaporunduva; uma segunda parte refere-se a entrevistas diretas com moradores da comunidade, abordando principalmente, aspectos que são de importância para a pesquisa e que não foram encontrados nas publicações consultadas.

Material documental: Publicações sobre a comunidade quilombola de Ivaporunduva, indicados por moradores da comunidade, na ocasião do primeiro contato.

Entrevistas: Foram realizadas entrevistas abertas com moradores da comunidade.

Procedimento de análise: A análise das informações coletadas foi feita com o referencial da análise das propostas de Skinner para se entender a cultura. Tendo em consideração as críticas que o autor faz às democracias ocidentais contemporâneas e sua proposta de planejamento e manipulação deliberada do ambiente, que culmina na sua proposta de *Walden Two*. Além disso, os dados

coletados foram comparados com os dados das comunidades de *Twin Oaks* e *Los Horcones*. As categorias de análise utilizadas estiveram diretamente relacionadas com questões surgidas no cotidiano das duas comunidades e da narrativa de *Walden Two*. Duas novas categorias, possivelmente relevantes no cotidiano de Ivaporunduva, foram acrescentadas após a visita. Dentre as categorias previamente estabelecidas estão: o contexto histórico, a estrutura de governo, a distribuição do trabalho, a economia, a estrutura familiar e a educação. Entre as novas categorias estão: a religiosidade e as festividades.

Resultados

A seguir serão apresentados os dados obtidos sobre a comunidade quilombola de Ivaporunduva.

Contexto histórico

A comunidade de Ivaporunduva está localizada no município de Eldorado, sudeste do Estado de São Paulo, na região do Vale do Ribeira. Dentro do Vale, localiza-se especificamente na região do Médio Ribeira, caracterizada pela presença do rio Ribeira de Iguape e de inúmeros afluentes, como o Jacupiranga e o Juquiá. Entre as cidades mais importantes da região estão Eldorado, Registro, Iporanga, Jacupiranga e Juquiá.

A economia no Vale do Ribeira foi marcada, no século XVIII, pela mineração do ouro e no século XIX pelo declínio dessa atividade e substituição pelo cultivo de arroz para exportação. Segundo Mirales (1998) tanto a mineração, quanto as plantações de arroz, contavam com mão-de-obra escrava: “a região foi desde a colonização portuguesa, povoada por diferentes grupos sociais e marcada pela chegada dos africanos escravizados e pelo extermínio dos indígenas” (Mirales, 1998, p. 17). Neste contexto, os quilombos se instalaram como uma forma de resistência, uma maneira de combater à ordem vigente de uma sociedade escravista. “O quilombo é definido pela presença do trabalhador que fugiu por não aceitar a apropriação feitorizada da sua capacidade de trabalhar” (Fiabani, 2005, p. 273). Segundo Diegues (2007) até agora foram identificados cerca de 51 comunidades quilombolas no Vale do Ribeira. Muitas delas se originaram justamente na época da mineração do ouro e do cultivo do arroz. Mirales (1998) aponta que uma primeira forma de resistência das populações escravizadas foi a apropriação das terras e a consequente formação das comunidades. Uma segunda forma, pode ser considerada a resistência dos seus descendentes aos processos que visam expulsar as populações rurais dos lugares que vivem. Ou seja, as lutas para permanecerem na terra, que duram até os dias atuais.

Ivaporunduva foi uma região de busca de ouro, o que explica a presença de escravos africanos no local (Mirales, 1998). Com o declínio da extração do ouro, escravos foram sendo libertos e a população branca da região se deslocou para outros lugares (Agenda Socioambiental, 2008). As populações negras já estabelecidas na região ampliaram seu domínio sobre as terras, estabelecendo residências e áreas de cultivo. Assim, existem indícios de que as comunidades quilombolas da região ocupam o Vale do Ribeira a cerca de 300 anos (Agenda Socioambiental, 2008). No caso de Ivaporunduva, por volta de 1700 uma senhora proprietária de terras, chamada Dona Maria Joana, teria abandonado a região para se tratar de uma doença em Portugal ou Minas Gerais. A senhora nunca retornou e a terra ficou nas mãos de seus escravos, o que estimulou a chegada de outros escravos fugitivos da região (Tarábola, 2008), constituindo-se uma “vila” no entorno da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (construção existente até os dias atuais) e estabelecendo plantações para subsistência e comercialização do excedente com barqueiros que passavam pelo rio Ribeira de Iguape.

Ivaporunduva reivindicou judicialmente o seu reconhecimento como remanescente quilombola na década de 1990, sendo oficialmente reconhecida em 1997 e obtendo parte da titulação de suas terras em 2003.

Segundo o relatório técnico científico (RTC) realizado pelo ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), a reprodução cultural da comunidade baseia-se na ocupação comunal do espaço e na história de luta para manter-se nas terras conquistadas. A história da comunidade é transmitida oralmente entre as gerações: “Os quilombolas ensinam aos mais novos o que lhes foi ensinado pelos mais velhos.” (Tarábola, 2008, p. 63). A própria transmissão desta história de luta passa a ser uma forma de resistência (Tarábola, 2008). Assim, um primeiro ponto de união e manutenção do grupo seria pautado na história da comunidade e na ocupação das terras. Além disso, as relações de parentescos são apontadas no RTC como outro fator que contribui para a manutenção do grupo.

Governo

A comunidade está organizada formalmente numa associação, chamada Associação do Quilombo de Ivaporunduva. A Associação pode, talvez, ser considerada uma forma de “governo” na comunidade. Uma das funções da Associação é representar juridicamente a comunidade: “representam a relação formal que se estabelece entre as pessoas da comunidade e a sociedade envolvente (...)” (Miraes, p. 41, 1998). Ou seja, organiza politicamente a comunidade para lutar contra ameaças de perda de seu território e para lutar pelos seus interesses políticos. Além disso, a constituição da Associação, a partir de 1994, foi uma exigência jurídica para que a comunidade fosse oficialmente reconhecida como remanescente de quilombo e obter a titularização de suas terras.

A Associação é composta por um coordenador-geral e por mais cinco diretores. Os demais membros da comunidade também fazem parte da Associação, como associados. A cada dois anos são realizadas eleições para os cargos de diretores e coordenador-geral, não sendo permitida a reeleição. Além disso, não há “chapas” concorrendo: os membros da comunidade votam em pessoas individualmente. Isso evita que grupos políticos diferentes se formem, o que não seria bom para a coesão da comunidade.

A comunidade também é organizada em grupos de trabalho (GTs) que respondem à associação. Existem os GTs de banana, de artesanato, de turismo, de manejo florestal e da fábrica de beneficiamento de alimentos. O GT de banana reúne os produtores de banana e pessoas envolvidas com a sua comercialização, o GT de artesanato reúne artesãos e assim por diante. Segundo Pedroso (2009) os grupos de trabalho vêm sendo implementados desde 2005 com o objetivo promover maior participação comunitária e fortalecer a estrutura organizacional da comunidade, minimizando atividades operacionais da associação.

Cada Grupo tem dois coordenadores, escolhidos pelas pessoas que compõem o GT e referendados pela Associação, cuja função é organizar as atividades de sua área. Com exceção do turismo, no qual os coordenadores

são remunerados pela sua função, nos demais grupos os coordenadores são voluntários e, portanto, não são remunerados.

Cada Grupo é responsável pela administração de suas áreas, mas são subordinados à Associação. A “direção” política de cada área é decidida pela Associação e/ou em assembléia, junto com o GT específico.

É realizada mensalmente uma assembléia na comunidade, na qual são discutidas questões consideradas importantes, repassadas informações sobre a representação externa da comunidade e tomadas decisões importantes. Todos os moradores devem participar.

Existe um Estatuto, formulado pela Associação, que determina regras próprias do interior da comunidade. Um exemplo de regra estabelecida no Estatuto refere-se às consequências para pessoas que deixem a comunidade por certo período de tempo e para a entrada de novos membros. Caso um membro deixe a comunidade por um período maior do que seis meses, sem manter nenhum vínculo com a comunidade, perde a condição de membro e, caso retorne, passa a ficar “sob observação”, durante um período de 10 anos. Uma pessoa “sob observação” perde determinados direitos que um membro possui, como ter permissão para votar e se candidatar para os cargos da Associação. Após o período de observação é decidido em assembléia se a pessoa pode se tornar membro novamente. No entanto, um membro que sai da comunidade para estudar fora, por exemplo, não perde sua condição de membro caso demonstre interesse em voltar após o período de estudo. Ou seja, um membro pode morar determinado período de tempo fora da comunidade e, caso mantenha vínculos, retornar com a condição de membro. No exemplo acima, a comunidade está investindo no estudante e o conhecimento adquirido por ele será utilizado em prol da comunidade.

Pessoas de fora da comunidade podem se tornar membros em certos casos, como por exemplo, através do casamento com um membro da comunidade. O conjugue “não membro” passa a ter permissão para morar na comunidade, por 10 anos, na condição de alguém “sob observação”. Após esse período, pode ser aceito como membro, em decisão na assembléia.

Economia e distribuição do trabalho

A principal atividade econômica da comunidade é a plantação de banana orgânica. Outras fontes de renda são: o turismo, o artesanato e benefícios do governo, como o Bolsa Família, a aposentadoria e a Renda Cidadã (Agenda Socioambiental, 2008).

Dentro da comunidade a propriedade da terra é coletiva. Porém, são estabelecidos pedaços de terra de uso particular de cada família. Ou seja, existem núcleos familiares dentro da comunidade. Cada família possui um espaço para praticar a agricultura e estabelecer suas casas. Tudo que é produzido a partir da agricultura pertence à família que ocupa o espaço. Este produto pode ser trocado ou vendido dentro da própria comunidade ou então ser comercializado externamente. No primeiro caso, o produto pode ser trocado por outro produto: uma família que plante arroz pode trocar com uma família que plante mandioca (determinada quantidade de arroz por determinada quantidade de mandioca). Ou ainda, uma família pode comprar algum produto que não produza. Por exemplo, uma família que não produza batata pode comprá-la, com dinheiro, de outra família que produza. No segundo caso, da venda dos produtos externamente, cada família recebe por aquilo que produziu. Mesmo que a venda dos produtos ocorra “junto”: um caminhão cheio de bananas carrega banana de vários produtores da comunidade (de diferentes famílias). A banana é comercializada em conjunto; no entanto, cada produtor recebe de acordo com a quantidade que produziu.

Existem pessoas que moram na comunidade e possuem empregos em cidades próximas. Neste caso, utilizam dinheiro para comprar o que necessitam dentro da comunidade (produzido por outras pessoas).

É possível, portanto, afirmar que existe circulação de dinheiro dentro da comunidade e que além da compra e venda existe também a troca de um produto por outro.

Há na comunidade tanto propriedades coletivas quanto privadas. Além da terra, são exemplos de espaços coletivos a igreja, a escola, o posto de saúde e o centro de computadores com internet. Todos localizados no centro

da comunidade, num espaço considerado comunitário que serve para reunir os membros e onde são realizados festas e encontros.

Existem também, bens que são coletivos e que estão em nome da Associação, como o caso de tratores e caminhões. Todos podem fazer uso deles, mas devem ter permissão da Associação.

Casas são de propriedade privada e podem ser vendidas para outras pessoas da comunidade assim como bens de consumo, como carros, eletrodomésticos, roupas e assim por diante.

A terra ser coletiva implica que ela não pode ser vendida, mesmo que o uso seja feito em núcleos familiares.

A produção em núcleos familiares faz com que cada pessoa da comunidade possua uma renda específica, ou seja, receba de acordo com aquilo que produziu ou do emprego que possua fora da comunidade. Assim, não é possível dizer que todos os membros têm rendas iguais, nem que possuem os mesmos bens: apenas alguns moradores possuem automóveis, por exemplo. No entanto, a variação dessa renda entre os moradores da comunidade não é grande. Em entrevista para o presente estudo, uma das lideranças da comunidade e integrante da Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq), afirma que não é possível dizer que existam desigualdades sociais dentro da comunidade, justamente em função dessa variação pequena da renda entre os membros.

A divisão do trabalho ocorre pelos núcleos familiares. Cada família trabalha no seu pedaço de terra em conjunto, não havendo relações de hierarquia. Todos detêm o direito de uso da terra, trabalham, produzem e têm acesso ao que é produzido.

O objetivo da comunidade é que todos os moradores tenham uma ocupação. A escolha do trabalho é feita por “afinidade”, cada um pode escolher o trabalho que quer realizar. Uma pessoa que não goste de cozinhar pode trabalhar na roça, enquanto outra pode optar por cozinhar. De modo que todos os trabalhos necessários sejam preenchidos. Há, no entanto, a divisão do trabalho por gênero: na agricultura os homens realizam os trabalhos considerados mais “pesados”, como por exemplo, o extrativismo. As mulheres

trabalham na plantação e colheita de hortas e roças. Aos homens também cabe a construção de casas, de abrigos para animais e cercas para as hortas. As mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico (Agenda Socioambiental, 2008).

Existe também, outra forma de organização do trabalho, chamado de “mutirão”, no qual todos trabalham em atividades grandes, difíceis e esporádicas, como a construção de uma casa, ou que requerem ser executados rapidamente, como por exemplo, realizar a colheita. Assim, um membro da comunidade pode requisitar o trabalho de outras pessoas, na sua área de plantio, ou na construção da casa de sua família. Portanto, o sistema de mutirão pode ser definido da seguinte maneira: “Ocorre quando uma pessoa convida as outras para uma tarefa grande e que precisa ser feita rapidamente, como o preparo do solo para o plantio ou a colheita” (Mirales, 1998, p. 37). Além da colheita e da construção de casas, atividades como a “varação da canoa” e a busca de madeira na mata também são feitas deste modo.

Nesta forma de organização do trabalho, a chefia do mutirão é feita por quem o convoca e cabe a esta pessoa fornecer comida e bebida para todos. Segundo um líder do quilombo, o sistema de mutirão é considerado um evento dentro da comunidade. É uma “festa”, uma diversão, que todos gostam de participar.

A própria Associação do quilombo também convoca mutirões para a realização de trabalhos “comunitários”: como a limpeza do espaço comunitário e a construção do galpão coletivo e outras obras comunitárias. Neste caso, a própria Associação fornece a comida e a bebida.

Apesar deste funcionamento econômico interno peculiar e do relativo isolamento geográfico a produção agrícola da comunidade nunca foi “descolada” do contexto regional, “As comunidades quilombolas sempre mantiveram relações sociais e econômicas com os pequenos núcleos urbanos regionais, com os grandes proprietários rurais e com as autoridades locais.” (Agenda Socioambiental, 2008, p. 10). Ou seja, não é possível afirmar que a comunidade seja completamente autossuficiente, pois sempre manteve relações com o restante da região.

A economia em Ivaporunduva também é marcada por ter uma orientação “pró-ecológica”. Tarábola (2008) apresenta três práticas na comunidade que são ambientalmente “corretas”: a produção da banana orgânica (sem o uso de produtos químicos), o “rodízio” de roça na mata (plano de manejo) e a reciclagem do lixo. A banana orgânica produzida no quilombo recebeu, em 2001, o selo de certificação de produto orgânico do Instituto Biodinâmico de Botucatu, o que aumentou o valor de mercado do produto. Atualmente, grande parte da produção é vendida para o governo federal, mais especificamente para o CONAB (Campanha Nacional de Alimentos), em Campinas. Este órgão governamental pertence à campanha Fome Zero e distribui a banana comprada do quilombo, em hospitais, creches, etc. O plano de manejo da roça consiste no uso de um espaço de terra para o plantio por um período de cinco anos. Após esse período, outra área passa a ser utilizada, de modo que o terreno anterior possa se “recuperar”. Em relação à área total da comunidade, 90% do terreno é coberto por mata atlântica conservada.

Pedroso (2009) afirma que o modo de vida das comunidades quilombolas da região favorece a preservação ambiental: “As comunidades quilombolas exercem importante papel na conservação do patrimônio ambiental do Vale do Ribeira.” (Pedroso, 2009, p. 15). As atividades econômicas da comunidade conciliam a necessidade de sobrevivência dos seus membros com a conservação dos recursos naturais, “possibilitando a preservação de espaços extremamente importantes para o equilíbrio ecológico da região.” (Pedroso, 2009, p. 16).

Das atividades econômicas da comunidade, o turismo é de responsabilidade direta da Associação. A renda obtida desta atividade serve para manter a Associação e para eventuais gastos, como por exemplo, “chamar” mutirões para serviços comunitários.

Nas roças são plantados arroz, feijão, batata-doce, cará, cana, mandioca e milho. Além de serem usados para consumo próprio são comercializados em cidades próximas e dentro da própria comunidade.

Religião e festividades

A religião mais praticada é o catolicismo, seguida por religiões de denominação evangélica (Agenda Socioambiental, 2008). Cada comunidade do Vale do Ribeira comemora anualmente o dia de seu padroeiro ou padroeira. No caso de Ivaporunduva, comemora-se o dia de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a festa mais importante da comunidade.

As pessoas se deslocam para centros urbanos próximos, para a realização de festividades e campeonatos de futebol. Aos finais de semana são organizados jogos de futebol contra times de outras comunidades.

Educação e estrutura familiar

Em relação à educação formal, existe uma escola de ensino fundamental dentro da comunidade, abrangendo da pré-escola até a 4ª série. O restante da educação escolar é realizado numa escola estadual de uma cidade próxima. Para a realização do ensino superior, as pessoas saem temporariamente da comunidade e vão para centros urbanos, como Registro e São Paulo.

A comunidade mantém a organização de famílias nucleares. Durante a visita à comunidade, foi possível observar que a comunidade mantém certas práticas comuns a esta forma de organização familiar, como por exemplo, refeições entre a própria família, além do fato de cada família possuir sua casa.

Discussão

As comunidades quilombolas surgiram no contexto histórico brasileiro como uma forma de resistência ao sistema escravista. Ivaporunduva existe há cerca de 300 anos, de modo que muitas gerações viveram na região e transmitiram a cultura local para as gerações seguintes. Ou seja, talvez muitas práticas culturais da comunidade devam ter-se mantido ao longo de diversas gerações. Muitas destas práticas devem ter sofrido alterações e novas práticas foram selecionadas, como por exemplo, a criação da Associação. Mas um ponto importante é a manutenção do grupo, vivendo em comunidade, por muitos anos.

A manutenção do grupo deve-se, talvez, a dois pontos históricos “fundamentais” da comunidade: primeiro a questão étnica e de parentesco entre os seus membros. A questão étnica envolve, justamente, a oposição ao sistema escravista e conseqüentemente a luta para realizar essa oposição – como manter-se ocupando as terras. As relações de parentesco existentes dentro da comunidade foram apontadas, no RTC (Relatório Técnico-Científico) de Ivaporunduva, como importante fator de manutenção do grupo.

Em segundo lugar, a história de ocupação e luta pelas terras também parece depender da “união” do grupo. Ou seja, a sobrevivência da comunidade passa obrigatoriamente pela ocupação das terras, que depende, justamente, da articulação entre os membros da comunidade. A formação da Associação, por exemplo, foi resultado, entre outros fatores, da necessidade de representação externa da comunidade para reivindicar a titularização de suas terras (que de fato ocorreu em 2003). Portanto, a coesão do grupo parece fortalecer a comunidade na luta pelo seu direito a terra e, conseqüentemente, permite a sobrevivência do grupo.

A Associação (enquanto forma de governo), as práticas econômicas (agricultura de determinados produtos, turismo, artesanato), as organizações destas atividades (o uso da terra em núcleos familiares), a divisão do que é produzido, as formas de distribuição do trabalho (trabalho familiar e o sistema de mutirões), podem, possivelmente, ser consideradas práticas culturais dentro

da comunidade. Pois, são práticas que envolvem comportamentos emitidos por mais de uma pessoa (conjuntos complexos de comportamentos que interagem entre si), com a mesma funcionalidade, que são “propagados” entre gerações e que são, portanto, comportamentos sociais.

Questões étnicas não foram importantes na formação e desenvolvimento de *Twin Oaks* e *Los Horcones*, nem para a manutenção do grupo. Além disso, outra grande diferença com Ivaporunduva é que as duas comunidades existem a menos tempo: a cerca de 40 anos.

Economicamente as comunidades têm em comum o fato de que todos os seus membros participam do processo de escolha do que vai ser produzido, todos participam da produção e todos tem acesso direto, em alguma medida, ao que é produzido. A grande diferença em Ivaporunduva é que a comunidade é dividida em núcleos familiares, na qual cada família possui um espaço de terra para produzir. Enquanto nas comunidades “*Walden Two*” tudo que é produzido é coletivo, em Ivaporunduva o que é produzido em cada núcleo familiar pertence à família que ocupa e trabalha no espaço. Esta prática gera outra grande diferença entre as comunidades. Nas duas primeiras não há circulação de dinheiro dentro da comunidade, pois o dinheiro é coletivo e é usado apenas para relações externas. No caso de Ivaporunduva existe circulação de dinheiro e relações de compra, venda e troca dentro da comunidade.

Em relação à distribuição do trabalho não foram observados “problemas” em Ivaporunduva. Como Kinkade (1973) havia apontado, com um número maior de pessoas em *Twin Oaks* era possível distribuir o trabalho ocupando todas as tarefas necessárias de serem realizadas com pessoas que “gostem” ou “não se importem” de realizá-las. No remanescente quilombola parece ser exatamente isso que ocorre: as pessoas escolhem suas atividades por “afinidade”, embora exista a grande diferença da separação por gênero do trabalho.

O sistema de mutirão realizado em Ivaporunduva, descrito como uma festa ou um evento que todos gostam de participar, pode ser entendido como um trabalho mantido por reforçamento positivo, seja ele primário (através do fornecimento de comida e bebida por quem “chama” o mutirão), ou social (com

a reunião de muitas pessoas da comunidade). Enquanto prática cultural, o mutirão permite a realização de tarefas que a divisão do trabalho em núcleos familiares não permite. A colheita, por exemplo, necessita de mais pessoas para o serviço do que as pessoas que compõem uma família, pois precisa ser realizada num curto período de tempo. Assim, o mutirão torna possível a realização de certas atividades dentro da comunidade, como no exemplo acima, da agricultura. Analisando esta prática sob a perspectiva da análise do comportamento, podemos levantar a hipótese de que a consequência que a prática do mutirão gera sobre o grupo social é a realização bem-sucedida de diversos trabalhos. Na agricultura, a consequência desta prática é a realização bem-sucedida da colheita. As práticas culturais são selecionadas justamente por suas consequências sobre o grupo, de modo que a prática do mutirão é mantida, entre gerações, possivelmente por esses efeitos que gera sobre o grupo que a pratica. Indo além, as práticas culturais retroagem sobre a cultura como um todo permitindo ou não sua sobrevivência. A prática do mutirão pode, portanto, favorecer a sobrevivência da própria comunidade.

O mutirão pode, também, fortalecer comportamentos “comunitários” ou cooperativos, apontados pelos membros de *Los Horcones* como fundamental para a vida em comunidades. Da mesma maneira que uma pessoa A trabalha na construção da casa de B, B trabalhará na construção da casa de A. Ou seja, todos acabam trabalhando para todos. Além disso, o próprio trabalho no mutirão favorece relações diretas entre os membros da comunidade (relações de cooperação), possivelmente contribuindo para a “união” do grupo.

O mutirão “chamado” pela Associação permite também a manutenção dos espaços comunitários com uma forma de trabalho mantida possivelmente por reforçamento positivo, não sendo necessária nenhuma forma de coerção para realizar estes trabalhos “para a comunidade”.

Outra prática cultural da comunidade é a plantação da banana orgânica, considerada principal atividade econômica de Ivaporunduva. Segundo Tarábola (2008), a banana ser plantada organicamente (sem o uso de produtos químicos) agrega valor ao produto, tornando-o diferencial no mercado. Para Skinner, práticas culturais são selecionadas pelas suas consequências de maneira semelhante às espécies biológicas, ou ao comportamento de

organismos individuais: “Há ainda uma terceira espécie de seleção que se aplica às práticas culturais” (Skinner, 1953/2003, p.468). O plantio de banana orgânica foi selecionado, possivelmente, por essa consequência no mercado externo à comunidade, sendo financeiramente mais lucrativo (reforçador).

O que poderia ser chamado de governo nas três comunidades têm muitas semelhanças entre si, em *Twin Oaks* e *Los Horcones*, a Junta de Planejadores e em Ivaporunduva a Associação. Ambos têm funções parecidas: indicar uma “direção” política para a comunidade, representá-la externamente e criar algumas regras próprias da comunidade, como o Código de Conduta (em *Los Horcones*) e o Estatuto (em Ivaporunduva). O período de tempo que cada pessoa ocupa cargos na Junta e na Associação também é parecido, de 18 meses a dois anos.

Em *Twin Oaks* e *Los Horcones* não há eleições para os Planejadores que são nomeados pelos seus antecessores (com exceção dos primeiros, que foram eleitos). Isto evita, o que Skinner chama de “jogo político” dentro da comunidade, que prejudicaria sua coesão interna, pois distintos grupos poderiam se formar na disputa pelo poder. Em Ivaporunduva existem eleições. Porém, outra medida é tomada para que não ocorra essa disputa: não há “chapas” concorrendo. Votam-se em pessoas individualmente, de modo que não se formam “partidos” ou grupos com interesses políticos distintos.

Nas três comunidades existe a nomeação de pessoas para diferentes áreas. Em *Twin Oaks* e *Los Horcones* há Administradores (ou Coordenadores). De maneira semelhante, foi criado em Ivaporunduva os GTs com dois coordenadores em cada um deles. Em todos os casos essa forma de organização parece facilitar “operacionalmente” as comunidades.

Outra semelhança entre as comunidades são as decisões tomadas em assembléias. Em *Twin Oaks* qualquer decisão dos Planejadores pode ser rejeitada caso a maioria dos membros vote contra. Em *Los Horcones* todos na assembléia necessitam concordar com a decisão e em Ivaporunduva todas as decisões mais importantes da comunidade são votadas.

A organização política de Ivaporunduva, formada pela Associação, parece favorecer o controle face a face em oposição ao controle institucional.

Não foram observados, na visita à comunidade, nenhuma prática que possa ser considerada punitiva por parte da Associação, nem práticas que demonstrem “autoridade”, ou hierarquia nas relações dos dirigentes eleitos da Associação com os demais membros. Não há na comunidade agências de controle no sentido de grupos que detenham determinados reforçadores em oposição a outros que não possuam. Não há grupos, por exemplo, com poder econômico discrepantes em relação a outros. O controle face a face entre os membros da comunidade, deste modo, parece ser fortalecido.

Skinner expõe a importância da vida em comunidade na sobrevivência da própria cultura futuramente. Ou seja, de práticas culturais que favoreçam a sobrevivência da cultura não apenas no presente, mas também no futuro. Neste sentido, algumas práticas culturais em Ivaporunduva favorecem a comunidade ser ecologicamente sustentável, de modo que seja possível pensar na sobrevivência da comunidade (da cultura) a longo prazo. A reciclagem do lixo e o sistema de manejo da roça são exemplos dessas práticas.

O contato “mais direto” com a natureza (a terra, a mata, o rio e assim por diante) pode favorecer esse uso “sustentável” dos recursos naturais. Pois, a sobrevivência da comunidade depende diretamente da continuidade destes recursos nas áreas que ocupam. Ou seja, caso se esgotem estes recursos a comunidade estaria em risco. A constatação de que a exploração da área da comunidade é feita de uma maneira “pró-ecológica”, permite supor que além da óbvia sobrevivência da comunidade *no presente*, é possível pensar na sobrevivência de sua cultura *no futuro*.

Skinner descreve, em *Walden Two*, como seria a vida cotidiana em uma comunidade pequena. Alguns aspectos desta descrição puderam ser observados, em alguma medida, em Ivaporunduva: como a possível “prevalência” do controle face a face, a ausência de relações hierarquizadas, de desigualdades econômicas (discrepantes) e de relações sociais “fundamentadas” em certos *status* sociais – como profissionais, burocráticos e assim por diante. Além disso não há desempregados, ou pessoas desocupadas na comunidade. Semelhante ao que havia descrito Skinner em sua novela utópica, não há disputa de poder político (entre grupos que se

oponham) dentro de Ivaporunduva e quem é eleito para cargos da Associação está exposto as contingências que estabelece para a comunidade. A vida em comunidade parece favorecer comportamentos cooperativos em oposição a comportamentos competitivos, além de permitir um modo de vida ecologicamente sustentável.

Com o presente trabalho foi possível descrever, sob a perspectiva da análise do comportamento, algumas práticas culturais presentes na comunidade quilombola, assim como estabelecer possíveis semelhanças e diferenças destas práticas com a proposta de Skinner da vida em pequenas comunidades e de experiências práticas inspiradas nesta proposta. Algumas “vantagens” apontadas por Skinner, desta forma de organização social, puderam ser observadas em uma comunidade formada e desenvolvida no contexto histórico e social brasileiro. Porém, um período maior de permanência na comunidade seria fundamental para investigar mais aprofundadamente estas práticas, algo que seria importante para trabalhos futuros, de modo que se possa ter um entendimento mais completo do cotidiano da comunidade.

Referências Bibliográficas

Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/agenda.pdf. Recuperado em 3 de abril de 2011.

Comunidade Los Horcones. El analisis experimental del comportamiento aplicado a la vida comunitária: la comunidad Los Horcones. *Revista latinoamericana de psicologia*. Vol. 10, n. 3, pp. 447-462, 1978.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O vale do Ribeira e litoral de São Paulo: meio ambiente, história e população*. São Paulo, 2007, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/cenpec.pdf>. Recuperado em 20 de março de 2011.

DITTRICH, Alexandre. *Sobrevivência ou colapso? B. F. Skinner, J. M. Diamond e o destino das culturas*. *Psicologia: reflexão e crítica*, 21(2), 252-260, 2007.

DITTRICH, Alexandre. *Behaviorismo Radical, ética e política: aspectos teóricos do compromisso social*. São Carlos, 2004. 484 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

KINKADE, Kathleen. *A Walden Two Experiment: The first five years of Twin Oaks Community*. Nova York: Quill, 1973.

KUHLMANN, Hillke. *Living Walden Two. B. F. Skinner's behaviorist utopia and experimental communities*. Chicago: University of Illinois Press, 2005.

LOS HORCONES. Disponível em: http://www.loshorcones.org/index_eng.html. Recuperado em 27 de novembro de 2010.

MIRALES, Rosana. *A identidade quilombola das comunidades Pedro Cubas e Ivaporunduva*. São Paulo, 1998, 108 p. Tese (Mestrado em Ciências Sociais). PUC/SP.

PEDROSO, Fábio Graf. *As experiências de desenvolvimento sustentável do quilombo de Ivaporunduva: um estudo de caso na perspectiva da agroecologia*. São Carlos, 2009, 133 p. Tese (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). UFSCar.

SAMPAIO, Ângelo Augusto; ANDERY, Maria Amália. Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma análise comportamental de fenômenos sociais. *Psicologia: teoria e pesquisa*. Vol. 26, n. 1, pp. 183-192, 2010.

SIDMAN, Murray. *Coerção e suas implicações*. Campinas: Livro Pleno, 2003. (Original publicado em 1989).

SKINNER, B. F. *O mito da liberdade*. São Paulo: Bloch, 1972. (Original publicado em 1971).

SKINNER, B. F. *Walden Two: Uma sociedade do futuro*. São Paulo: EPU, 1978. (Original publicado em 1948).

SKINNER, B. F. Human behavior and democracy. Em SKINNER, B. F. *Reflections on behavior and society*. New Jersey: Prentice Hall, 1978. (Original publicado em 1977).

SKINNER, B. F. *Upon further reflections*. New Jersey: Century Psychology Series, 1987.

SKINNER, B. F. *Design of cultures*. Em SKINNER, B. F. *Cumulative Record*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1999. (Original publicado em 1961).

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Original publicado em 1953).

SKINNER, B. F. *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix, 2006. (Original publicado em 1974).

TARÁBOLA, Aparecida Rosa de Souza. *Estratégias de resistências e manifestações culturais – uma forma de afirmação étnica: quilombo de Ivaporunduva*. São Paulo, 2008, 86 p. Tese (Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos). USP.

